

1  
1  
2  
3  
4  
5  
6

ATA DA ~~OCTOGÉSIMA SÉTIMA QUINTA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA~~  
REUNIÃO ORDINÁRIA ~~ORDINÁRIA~~ DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
CONSEMA

7 Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e seis realizou-se a Octogésima Sétima Quinta  
8 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua Carlos Chagas,  
9 n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e dezanovequarenta e cinco  
10 minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: Srs. Cláudio Dilda e Alex Cláudio Neves Strey  
11 Dilda, Representantes da Secretária de Meio Ambiente; Sr. Quintiliano Machado Vieira,  
12 Representante do secretário da Agricultura e Abastecimento; Srs. Adoralvo Antônio Schio e Tomáz  
13 Augusto Schuch, Representantes do Secretário da Agricultura e Abastecimento; Sr. Eberson Thimmig  
14 Silveira, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; Sra. Sandra Garcia Polino,  
15 Representante do Secretário da Educação; Sra. Marilene Kostelnaki Franco, Representante do Secretário  
16 da Cultura; Sra. Lúcia Varga Guimarães, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; Sra.  
17 Mariangela Correa Laydner Ronaldo Nery, Representante do Secretário de Obras Públicas e  
18 Saneamento; Sra. Vera Regina Morandi Sehn, Representante do Secretário da Coordenação e  
19 Planejamento; Sr. Elson Roberto Mello da Silva, Representante do Secretário da Justiça e  
20 Segurança; Sr. André Geraldo Susin, Representante Titular da ALGA; Sra. Edi Xavier Fonseca,  
21 Representante Titular da AGAPAN; Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior, Representante Suplente dos  
22 Amigos da Floresta; Sra. Elizabete Maria Zanin, Representante Titular da Instituição Universitária  
23 Privada; Srs. Paulino Olivo Donatti, e Elton Roberto Weber, Representantes Titular e Suplente  
24 Suplente da FETAG; Srs. Clóvis Zimmer e Sidney Bruschi Clóvis Zimmer, Representantes Titular e  
25 Suplente Titular da FIERGS; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, Representante Suplente da FARSUL; Sr.  
26 Valtemir Goldmeier, Representante Titular da FAMURS; Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva,  
27 Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Valtemir  
28 Goldmeier, Representante Titular da FAMURS; Sr. Marcelo Machado Madeira, Representante do  
29 IBAMA; Sr. Carlos Termignoni, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio  
30 Grande do Sul; Sr. Sérgio Cardoso, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Sr.  
31 Marcelo Maisonete Duarte Eduardo Osório Stumpf, Representante Titular Suplente da FZB – o Corpo  
32 Técnico; Sr. Jackson Müller, Representante Suplente da FEPAM da FEPAM; Sr. Jacson Müller,  
33 Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Jackson Muller,  
34 DIRTEC/FEPAM; Alexandre Bugin, ABES; Mauro Gomes de Moura, Diretor Técnico da FEPAM;  
35 Lisandro Totch Bonatto, Espumoso; Valério da Cunha Oliveira, SAAVE/COVIMA; Mara Suzana F. da  
36 Silva, SEMA/ASSJUR; Carlos R. Schreiner, F2B; João Paulo Steifeder, DEFAP/SEMA; Cristiano  
37 Machado, Prefeitura de Viamão; Rogério Dewes, DRH/SEMA; Alex Neves Strey, GAB/SEMA; Sidnei  
38 Bruschi, FIERGS; Paulo Sérgio Fabres, Secretaria da Agricultura; Carlos Lisiane Becker e Rogério  
39 Mongelos, Mira-Serra; Lisete Pereira, APN-VG/Gravataí; Luciana Raquel Picoli, Lúcia Ortiz, Nely  
40 Blanter, Carolina Herrmann e Káthia Vasconcelos, Núcleo Amigos da Terra Brasil; Vicente Madaglia,  
41 Ingá; Tânia Pires, Michael S. Duncan e Ricardo Guazielli, Greenpeace; Rovena Zanchet, CAOMA-MPE;  
42 João Carlos Duer, Raxe ONG; Aldo Luiz Berni, Maria Cristina Souza e Fátima Miranda Pereira, DEFAP;  
43 Raquel Thaís Hershe e Sílvia Cappelli, Ministério Público; Ê Marchiori, nio Pippi da Motta,  
44 SEMA/DEFAP; Tiago Eduardo Gelbert, Movimento Roessler; Lara Lutzenberger e Franco A. Werlang,  
45 Fundação Gaia; Beto Moesch, SMAM; Zilda Zimmermann, Torres; Ana Luiza Leal, Imprensa Já; Mara  
46 Silva SEMA; Aurici da Rosa Machado, Grupo Maricá; Rafael Altenhofen, UPAM; Niro Afonso Pieper,  
47 SIGA/SEMA; Maria Celina Santos Oliveira, ASSECAM; Celso ASAAVE/RS; Sirlei Lambert, FEPAM e  
48 Leandro C. Pinto, SEMA, Marques, AGAPAN; Ana E. Carara, Pró-Guaíba; Augusto Carneiro, PANGEA;  
49 Fernando Hartmann, SERGS; Naia Oliveira e Carlos Augusto M. Marchiori. Os trabalhos foram abertos e  
50 presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier Cláudio Dilda, Representante da FAMURS. Pauta: 1. Discussão  
51 da Ata 864ª da Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitações de Municípios;  
52 4. Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do Presidente da FEPAM sobre as  
53 metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação pela FEPAM e FARSUL do  
54 relatório sobre o Programa Estadual de Irrigantes, conforme estabelecido pela Resolução  
55 CONSEMA n.º 100/05; 5 sentação do trabalho pela efetivação da APA do Banhado Grande pela  
56 ONG SAALVE; 6. Relatório sobre proposta de alteração da Resolução n.º 004/00; 6. Apreciação da  
57 Minuta de decreto sobre Política Estadual de Educação Ambiental; 7. Relato por parte do Estado  
58 (SEMA e FEPAM) sobre Silvicultura; 8. Assuntos Gerais. Sr. Presidente: Boa Srs. Conselheiros,  
59 boa-tarde a todos.. Consideramos que temos quorum gostaria de saudar a presença de todos e declarar  
60 aberta a presente a Atingimos o quorum regimental mínimo, o que nos permite dar início a nossa 85ª  
61 Reunião Ordinária deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. Bem-vindos e vamos, então, de imediato

62 aos trabalhos, inicialmente, informando os Srs. Conselheiros que o Presidente Valtemir Goldmeier, por  
63 questões de saúde, comunicou a não possibilidade de presidir a reunião de hoje, razão pela qual a SEMA,  
64 como Secretaria Executiva, o faz em caráter de suplência. Passamos de imediato à discussão da Ata da 84ª  
65 Reunião Ordinária do CONSEMA, e de acordo com procedimentos acordados por este Plenário  
66 submetemos à aprovação, lembrando que as correções devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva  
67 para que da Ata constem. Submeto, então, à avaliação dos Srs. Conselheiros a aprovação ou não da Ata da  
68 84ª Reunião. **aprovada.** Passamos para o ponto seguinte da nossa Pauta. Temos algumas comunicações,  
69 vou pedir para o Mauro fazer a leitura. 2. Comunicações. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Bom dia,  
70 senhores e senhoras. O CONSEMA recebeu da Câmara Técnica Permanente de Mineração a Resolução  
71 CONSEMA sobre dragas, um ofício encaminhado dia 29-11-05: *A Câmara Técnica Permanente de*  
72 *Mineração, após várias reuniões, aprovou em 24-11-05 a minuta de resolução do CONSEMA relativo às*  
73 *dragas, cujo texto segue anexo para análise e aprovação desse CONSEMA. A resolução vai ser*  
74 *encaminhada agora para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.* O CONSEMA recebeu do Presidente  
75 da FEPAM ofício datado de 12-12-05: *Encaminhamos em anexo a minuta de proposta de resolução do*  
76 *Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, visando: 1 – regulamentação da publicação de*  
77 *pedido e licenciamento ambiental de competência estadual; 2 – estabelecimento de limites máximos de*  
78 *emissão para poluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas (caldeiras com queima de carvão,*  
79 *mineral para geração de vapor de processo e/ou energia elétrica). A primeira resolução vai ser*  
80 *encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a segunda para a Câmara Técnica Permanente*  
81 *de Qualidade do Ar.* Correspondência da CAVO, datada de Curitiba, 07-12-05, dirigido ao Presidente do  
82 CONSEMA: *Prezado Senhor, a CAVO Serviço e Meio Ambiente SA., na condição de empresa prestadora*  
83 *de serviços de tratamento de resíduos de saúde, sabendo das dificuldades para o destino final dos*  
84 *resíduos de saúde da Capital e região metropolitana, devido à determinação de suspensão da liminar que*  
85 *mantinha a vala séptica do Aterro do Santa Tecla, coloca à disposição as suas dependências, que pode*  
86 *ser a solução. Estamos instalados com a central de tratamento de resíduo sólido de saúde no bairro*  
87 *Restinga, com capacidade para 5 t/dia, sendo que hoje estamos tratando apenas os resíduos gerados pela*  
88 *Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em um total de 1 t/dia. As nossas instalações já foram vistoriadas*  
89 *pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre – SMAM, bem como por técnicos da*  
90 *Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, culminando com a emissão da*  
91 *licença de operação LO n.º 130/05, através do qual podemos conferir a capacidade ociosa hoje instalada*  
92 *e disponível para o atendimento da demanda que ora se apresenta, outrossim, colocamos à disposição.*  
93 *Merlino Prestes Júnior – Superintendente da CAVO.* Correspondência da Secretaria de Meio Ambiente –  
94 DEFAP, datada de 10-11-05, é uma correspondência dirigida ao Diretor do DEFAP, depois encaminhada  
95 ao CONSEMA: *Prezado Senhor, tendo em vista a recente Resolução CONSEMA n.º 110/05, que amplia o*  
96 *rol de atividades da Resolução CONSEMA n.º 102/05, no seu anexo III, item II, contraria o disposto no*  
97 *art. 2, Decreto Estadual n.º 43.324, de 31-08-04, que regulamenta o Sistema de Controle de Produtos*  
98 *Florestais Nativos no Território do Rio Grande do Sul e a nova TPF/RS. Recomenda-se a supressão do*  
99 *texto do item* **3. Calendário de Reuniões de 2006; 4. Habilitação de Municípios; 5.**  
100 **Apresentação do Programa Estadual de Incentivo ao Plantio de Florestas; 6. Apreciação de**  
101 **Resoluções; 7. Assuntos Gerais.**

102  
103  
104  
105  
106

107 *(Encerra-se a reunião às 12h29min).*

108 **1. Discussão da Ata 84ª da Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Clóvis Zimmer:** Só uma correção  
109 na linha 49, onde cita “Dr. Valdo Mazzola Filho”, o nome é “Torvaldo Mazzola Filho”. **Sr. Presidente:**  
110 **Mais alguma correção?** Submetemos, então, à votação. Conselheiros favoráveis, por gentileza, levantem  
111 seu crachá de votação; contrários; abstenções. Então, **aprovada** por unanimidade dos Conselheiros  
112 presentes. Passamos para as Comunicações.

113 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Primeira  
114 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos  
115 Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos  
116 seguintes Conselheiros: Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha, Representante do Secretário Estadual do  
117 Meio Ambiente; Sr. Marcos Palombine, Representante do Secretário da Agricultura e  
118 Abastecimento; Sra. Rosane Heidrich, Representante do Secretário da Saúde; Sr. Manoel Augusto  
119 da Luz Coelho, Representante do Secretário da Cultura; Sr. Paulino Olivo Donatti, Representante  
120 Suplente da FETAG; Sr. Roberto Carlos da Silva Alves, Representante Suplente dos Comitês de  
121 Bacias Hidrográficas; Sr. Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM; Sra. Sandra Garcia  
122 Polino, Representante do Secretário de Educação; Sra. Diara M. Sartori, Representante Suplente do  
123 IBAMA; Sr. Eduardo Osório Stumpf, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da  
124 FEPAM; Sr. Ronaldo Nery, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; Sr. Luiz  
125 Valdir Andres, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; Sr. Florivaldo  
126 Pereira Damasceno, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; Sr. Geraldo André Susin,  
127 Representante Titular da ALGA; Sra. Maria Odete da Rosa Pereira, Representante Suplente do CEA;  
128 Sr. Clóvis Zimmer, Representante Titular da FIERGS; Sr. José Lauro de Quadros, Representante  
129 Titular da FARSUL; Sr. Valtemir Goldmeier, Representante Suplente da FAMURS. Participaram  
130 também o Sr. Rodrigo Tellechea, Comitês e Bacias; Sra. Marilene Kostelnaki, SEDAC; Sr.  
131 Alexandre Bugin, ABES; Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr. Luiz Antônio T. Grassi, ABES;  
132 Sra. Maria Isabel S. Chiappetti, FEPAM; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, FEPAM; Sr. Paulo Roberto  
133 da Rocha, FEPAM; Sra. Silvana Schmidt, Ambiente Já. Os trabalhos foram presididos pelo Sr.  
134 Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM. Pauta: 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião  
135 Ordinária do CONSEMA; 2. Encaminhamento da Revisão da resolução CONSEMA 05/98; 3.  
136 Proposta de Criação de Câmara Técnica para Elaboração do Plano de Controle de Poluição  
137 Veicular - PCPV; 4. Proposta de Reativação da Comissão Interinstitucional de Educação  
138 Ambiental; 5. Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas; 6.  
139 Assuntos Gerais. Sr. Presidente: Boa-tarde, senhoras e senhores. É um prazer estar aqui em nome  
140 do Prof. Cláudio Dilda, Presidente do CONSEMA, representando e dirigindo os trabalhos, já que o  
141 Dr. Cláudio está de férias. Vamos primeiro às comunicações que foram efetivadas junto à Secretaria  
142 Executiva do CONSEMA. Nós recebemos Ofício n.º 07/2004, da UNE, que comunica que a  
143 Representante Titular da Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, Sra. Elisabete  
144 Zamin, está em impossibilidade de participar desta reunião por encontrar-se em férias. Recebemos  
145 o Ofício 09/2004, da NATE, informando a impossibilidade de seus representantes, Sra. Lúcia Ortis e  
146 Káthia Vasconcellos Monteiro, de participarem desta reunião, em razão da Titular encontrar-se em  
147 licença maternidade e a Suplente estar em Criciúma para participar da Audiência Pública para  
148 instalação de termocelétrica carvão naquela região. O Programa Energia é uma das prioridades da  
149 Entidade, sendo o programa contra o uso do carvão mineral a principal prioridade. O Núcleo  
150 Amigos da Terra estará representado pela Geóloga Nely Brown. Ofício NATE, encaminhando o  
151 CONSEMA correspondência que trata do licenciamento ambiental da Rota do Sol. Ofício do  
152 Representante Titular da Instituição Universitária Pública, Sr. Sérgio Luís de Carvalho Leite,  
153 justificando sua ausência, bem como a de sua Suplente, Sra. Maria Teresa Raia Rodrigues, nesta  
154 reunião, em razão de estarem de férias nesta data. Ofício da Sociedade de Engenharia do Rio  
155 Grande do Sul, comunicando a impossibilidade da participação e sua representação nesta reunião,  
156 em razão de férias do Titular e Suplente neste período. Um convite: a Secretaria Estadual do Meio  
157 Ambiente – SEMA, comunica a realização do Seminário de Capacitação para Assessor Jurídico  
158 Municipais para o Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local. Ocorrerá dentro das  
159 atividades do Projeto SIGA/RS, no dia 10-03-04, às 13 horas, no Auditório do Centro  
160 Administrativo, situado à Av. Borges, nº 1.501. Temos o ofício do SERMA, que vou lê-lo. O Comitês  
161 Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul, em correspondência  
162 datado de 30-01-04, que leva o número Ofício SERMA 07/04, diz o seguinte, dirigido ao Sr.  
163 Presidente do CONSEMA: Prezado Sr. Presidente, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da  
164 Mata Atlântica e o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem trabalhado em consonância nos  
165 assuntos referente à reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, procurando  
166 encontrar e promover a relação harmônica entre os seres humanos e a natureza. Atendendo ao que  
167 estabelece o CONSEMA n.º 01/97, e a Lei Federal n.º 9.985/00, e o Decreto Federal 4.340/02, o















284 Engenharia talvez seja uma das Entidades também, porque o CREA não está presente no Conselho.  
285 Então, por meio da Sociedade de Engenharia talvez seria uma Entidade. Acho que deve ser, porque  
286 envolve profissionais. Sr. Presidente: Os Srs. Conselheiros que aprovam a criação da Câmara  
287 Técnica temporária com os membros que foram citados, por favor, manifestem-se os favoráveis.  
288 Está em votação, Srs. Conselheiros (Quatorze votos). Os que são contra a criação da câmara.  
289 Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. A Secretaria de Minas e Energia, SEDAE,  
290 Universidade, FEPAM. As duas universidades, na realidade, a pública e a privada têm trabalhos na  
291 área, a UNISINOS tem bons trabalhos na área, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem  
292 bons trabalhos na área. Não sei, deixaria à decisão da universidade, poderia ser as duas também. E  
293 mais a ABES e o CREA. Com a aprovação da inversão de pauta, solicito a Proposta de Decreto  
294 Instituinte o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Os senhores receberam o material na  
295 pasta sobre esse assunto. Passo a palavra ao Eng. Bugin para e faça a manifestação com relação a  
296 esse assunto. 5. Proposta de Decreto Instituinte o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Sr.  
297 Alexandre Bugin: Eu só vou fazer a introdução. Na verdade, a ABES é uma Entidade que vem  
298 trabalhando muito ativamente nessa questão da água, desde a criação da Semana da Água no  
299 Estado foi a Entidade que promoveu desde o início, e nós temos tido uma atuação muito forte dentro  
300 dos comitês e bacias, temos uma Câmara Técnica que trata somente das questões que envolvem  
301 recursos hídricos. E uma das pessoas que fazem parte, talvez seja um dos nomes mais conceituados e  
302 experientes no Estado, foi um dos mentores do próprio sistema, que é o Luiz Grassi, que está aqui  
303 presente, é o nosso coordenador da Câmara Técnica. Então, ele é o mentor dessa proposta do ano  
304 das águas e a idéia hoje é fazer um apresentação rápida para ele apresentar como está sendo  
305 trabalhado e como está em andamento no Estado. Sr. Luiz Antônio Grassi: Boa tarde a todos. Nós  
306 na Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES, onde surgiu essa proposta, diz que o ano de 2004  
307 seja declarado o Ano Estadual das Águas, essa proposta teve como mote o fato de que neste ano se  
308 comemora os dez anos da lei 10.350, de 30-12-94, que foi a lei que criou o sistema de recursos  
309 hídricos do Rio Grande do Sul. Essa lei, na verdade, vem cumprir um preceito constitucional, o art.  
310 171, da Constituição do Estado, que definia a obrigatoriedade de ser instituído um Sistema Estadual  
311 de Gestão das Águas. Então, a Lei 10.350/94, a Lei das Águas do Rio Grande do Sul, neste ano de  
312 2004 cumpre o seu décimo ano, e cumpre já com um saldo bastante positivo. Acredito que os  
313 Conselheiros do CONSEMA tenham um conhecimento da lei, em todo o caso, quem não teve o texto  
314 da lei pode procurá-la junto ao site da Secretaria de Meio Ambiente, do Conselho de Recursos  
315 Hídricos. Ainda existem alguns exemplares da legislação incluindo a lei, mas já são poucos. Então, o  
316 mais oportuno seria procurá-lo no site da Secretaria de Meio Ambiente. Essa Lei 10.350/94 institui o  
317 sistema, estabelece os instrumentos de gestão e começa estabelecendo os princípios e diretrizes; ou  
318 seja, a parte normativa dessa lei. E depois a parte administrativa que é o sistema com todos os seus  
319 elementos, o Conselho de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia, o Departamento de Recursos  
320 Hídricos, as agências de regime demográfico, que é o único elemento do sistema ainda não criado  
321 pelo Governo, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental que já preexistia integrada ao Sistema  
322 de Gestão das Águas. E estabelece os instrumentos de gestão também. Estão faltando ali os  
323 instrumentos de planejamento, o plano de bacias, o plano estadual e os instrumentos operativos, a  
324 outorga, a cobrança pelo uso da água e o rateio de custos. E ainda a lei define as três regiões  
325 hidrográficas do Rio Grande do Sul. Hoje em dia temos dos 25 comitês previstos, a maioria já  
326 instalada, funcionando, e temos os outros já em fase de implantação. Paralelamente tivemos  
327 conhecimento também, isso já depois de começado o encaminhamento da proposta do Ano Estadual  
328 das Águas, um fato que vem muito ao encontro dessa proposta, que a 58ª Assembléia da ONU  
329 aprovou a instalação do Decênio Internacional – Água para a vida, a partir de 2005, com início no  
330 dia mundial da água, 22-03, do ano que vem. Naturalmente, como decênio vai até 2015. É uma  
331 tentativa talvez de recuperar um pouco o anterior decênio das águas, que foi praticamente perdido,  
332 que não revelou grandes avanços, que se deu na década de 90. Então, esse é outro fator. Agora, o  
333 que também originou, deu bastante alento a essa proposta foi a experiência que temos no Rio  
334 Grande do Sul com a Semana da Água, que se realiza todos os anos, em outubro, em outubro do ano  
335 passado foi a décima semana. Nós temos, e para quem quiser, a ABES tem disponível o livro  
336 comemorativo dos dez anos, da Décima Semana Água, e essa semana originariamente é uma semana  
337 interamericana, aliás, é o dia interamericano da água, que foi proposto e criado no Congresso da  
338 associação Interamericana de . E, ípivel

339 \_\_\_\_\_

340 \_\_\_\_\_

341 **2. Comunicações. Sra. Liliani:** Justificativa de ausência do Presidente por motivo de saúde. Justificativa  
342 de ausência da representante da Secretária de Saúde, por encontro no Ministério da Saúde. Justificativa de  
343 ausência do IBAMA devido à greve e justificativa do CEA. A representante da Secretaria de Coordenação  
344 e Planejamento para esta reunião é a Sra. Vera Sehn. O representante da Secretaria de Obras Públicas é o  
345 Sr. Ronaldo Nery. O representante da Agricultura e Abastecimento para esta reunião é o Sr. Paulo Fabres.  
346 E-mail da AGAPAN comunicando que o Ofício n.º 020, a respeito da moção da FARSUL foi recebido  
347 ontem, por isso não teve prazo para se manifestar. Comunicação que a nova Secretária Executiva do Pró-  
348 Guaíba é a Sra. Ana Elizabete Carrara. Ofício da AGAPAN n.º 020/06, que solicita a anulação da reunião  
349 do CONSEMA, realizada no dia 28-04-06. **Sr. Presidente:** A representação da AGAPAN? A AGAPAN  
350 está ausente. Temos aqui mais uma informação relacionada ao Ofício n.º 020/06, da AGAPAN, que face a  
351 não-nomeação das indicações informa que a AGAPAN não participará das reuniões das Câmaras Técnicas  
352 do CONSEMA. Sobre isso eu gostaria de fazer breves observações, que vou fazer já pela oportunidade.  
353 Juntamente com a Presidência deste Conselho gostaria de informar ao Plenário que já iniciamos e daremos  
354 seqüência, com vista à regularização, do que precisar ser regularizado em relação a indicações e  
355 nomeações, que são dois momentos diferentes do processo de oficialização de Conselheiros participantes  
356 deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. E, também, que buscaremos já na seqüência  
357 encaminhamentos no sentido de ver, perceber, buscar, uma solução similar, quem sabe, à forma com que o  
358 Conselho Nacional de Meio Ambiente procede para apoiar as representações da sociedade, as ONG's  
359 ambientais. Então, respaldar, ressarcir, passagens, gastos, relativamente, ao seu deslocamento, lembrando  
360 que com vista à busca da segurança jurídica e administrativa. A PGE – Procuradoria-Geral do Estado, em  
361 parecer, já foi comunicado na reunião passada, demonstrou não existir viabilidade dentro das proposições  
362 feitas. Agora, penso que já havia sido criado, aí me perdoem, mas eu não tenho a atualização da  
363 informação, um grupo de trabalho do Conselho, visando a revisão, inclusive, incluindo a possibilidade de  
364 reestruturação deste Conselho no que diz respeito a sua composição, bem como, adequações do Regimento  
365 Interno para que se pudesse, então, aperfeiçoar, aprimorar, o *modus operandi*, a fim de que o CONSEMA,  
366 como órgão superior da área do segmento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, efetivamente, possa  
367 funcionar bem. Então, esse compromisso nós temos e estamos buscando dar seqüência a encaminhamentos  
368 já iniciados. Eu não sei se, porventura, algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra, mas dito assim,  
369 em síntese, esse é o encaminhamento que estamos buscando concretizar. Não havendo manifestação eu  
370 gostaria de passar para a avaliação Plenária. Nós temos o Ofício n.º 021, da Secretaria de Justiça e  
371 Segurança, do Comando Ambiental da Brigada Militar, que solicita a inclusão na Câmara Técnica de  
372 Mineração, em caráter de reiteração, os oficiais que nomina: Major Eliseu Antônio Vedana, como Titular,  
373 e como Suplente o Capitão Márcio André Facin. Por um procedimento regimental nós submetemos ao  
374 Plenário, se aprova ou não, a inclusão na Câmara Técnica de Mineração de uma representação do  
375 Comando Ambiental da Brigada Militar. Com a palavra os Srs. Conselheiros. **Sr. Ivo Lessa Silveira**  
376 **Filho:** Presidente, demais Conselheiros, é importante que a gente veja o número de Conselheiros que há na  
377 Câmara Técnica porque depois há problema no *quorum*. Se passa para sete, **87ª Reunião Ordinária deste**  
378 **Conselho Estadual do Meio Ambiente. 1. Discussão da Ata 86º da Reunião Ordinária do CONSEMA.**  
379 **Entre os assuntos que temos em Pauta o primeiro deles é a discussão referente à Ata da 86ª Reunião, que**  
380 **colocamos em discussão. Existem manifestações dos Conselheiros?**

3813. Habilitações de Municípios; 4. Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do  
382Presidente da FEPAM sobre as metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação do  
383trabalho pela efetivação da APA do Banhando Grande pela ONG SAALVE; 6. Assuntos gerais. Não  
384havendo manifestação de nenhum dos Conselheiros presentes gostaria de colocar a Ata da 86ª Reunião  
385Ordinária do Conselho, realizada em 23-06-06, em regime de votação. Quem concorda com a Ata  
386encaminhada se manifeste levantando o crachá de votação; quem é contrário? Abstenções? Uma  
387abstenção. Então, Ata considerada **aprovada**. Gostaria de convidar o representante da Secretaria Estadual  
388de Meio Ambiente para fazer parte da Mesa, conforme é a praxe deste Conselho. 2. Comunicações. Nós  
389recebemos uma comunicação da Secretaria de Ciência e Tecnologia que a Sra. Lúcia Varga Guimarães,  
390Coordenadora da Rede Hidro, estará representando nesta 87ª Reunião o Sr. Paulo Renato dos Santos  
391Souza, Conselheiro deste Conselho. Também recebemos uma comunicação do CEA – Centro de Estudos  
392Ambientais, onde é colocado o seguinte: “O Centro de Estudos Ambientais – CEA, organização ecológica  
393não governamental, no exercício legal do seu mandato no CONSEMA, órgão máximo da política  
394ambiental do Estado do RS, com fulcro no seu Regimento Interno e nas demais disposições legais  
395vigentes, vem lamentar e justificar sua ausência involuntária na 87ª. Reunião do CONSEMA, que ocorre  
396na data de hoje, por força do motivo exposto no Ofício FEPAM n.º 0612/2006, datado de 08-02-06. Tal  
397ofício representa a posição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, expressa pela primeira vez  
398através de um documento escrito desde a interrupção unilateral e sem aviso prévio, por parte da SEMA, do  
399reembolso das despesas de participação das ONG’s ecológicas no CONSEMA, a qual obstrui, após dez  
400anos de funcionamento deste colegiado ambiental, o seu acompanhamento pleno, no marco legal vigente,  
401pelo movimento ambiental gaúcho. Entendemos ser o citado documento carecedor dos mínimos  
402fundamentos legais constitucionais que dão vida jurídica aos atos administrativos, como por exemplo a  
403motivação e a fundamentação, inobstante ser seu conteúdo ínfimo para tratar de um tema tão relevante  
404quanto a legitimidade e a democracia direta ambiental, ora fragilizada, sendo o mesmo precário para um  
405debate jurídico, que no fundo é de ordem mais política, o qual vem sendo travado ao longo do ano de  
4062005, cujo o teor, na íntegra é o seguinte: ‘Senhor Presidente do CEA. Cumprimentando cordialmente  
407Vossa Senhoria vimos informar que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental, por falta de amparo legal  
408está impossibilitada de efetuar o ressarcimento das despesas. Anexo, copia do processo de solicitação de  
409ressarcimento. Atenciosamente, Tupy José Feijó Neto - Diretor Administrativo’”. Este é o documento que  
410Antônio Soler, do CEA, encaminhou e que eu leio como comunicação. Documento do IBAMA, Ofício n.º  
411322, de 20-07: “Sr. Presidente, ao cordialmente cumprimentá-lo em relação à convocação para a 87ª  
412Reunião desse Conselho, informo-lhe que em função de indisponibilidade da presença do Titular, bem  
413como do Suplente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, será  
414representado pelo Analista Ambiental Marcelo Machado Madeira. Sendo o que se apresenta para o  
415momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração. Fernando Marx’”.  
416Outro documento que recebemos é dos Amigos da Floresta: “Sr. Presidente, cumprimentando Vossa  
417Senhoria apresentamos nossa Diretoria para a gestão 2006/2007, conforme reunião do dia 30-05-06, na  
418sede da Organização Não Governamental Amigos da Floresta, onde o Sr. Manoel Francisco Moreira  
419assumiu a Presidência na qualidade de Vice-Presidente, por desistência do Titular, ficando como  
420representante desta Associação. Diretoria Presidente: Sr. Manoel Francisco Moreira; Secretária: Luiza  
421Vian; Secretário Suplente: Luiz Sérgio Ruser; Tesoureiro: José Flávio Ruser; Tesoureiro Suplente: Telmo  
422Paulo Petró e Sílvia Reshler; Suplentes: Moacir Bueno da Silva, César Vicente Trindade, Péricles Pereira  
423Druck, Conselheiro Consultivo Doadi Antônio Brena, Paulo César Nunes Azevedo, Valter Christmann,  
424Ademir Giácomo Zathi, Alício Eduardo, Heitor Claine, João Batista Dezorzi, Ênio Guerra, César Augusto  
425Guimarães Finger, Sérgio Gabriel Piccini e Carlos Leur. Como é de vosso conhecimento já tínhamos  
426nomeado nossos Conselheiros, devido à troca da Presidência pedimos a consideração da possibilidade de  
427nomearmos como novos Conselheiros o Engenheiro Manoel Francisco Moreira e o Suplente Doadi  
428Antônio Brena. Sem outro motivo apresentamos nossos protestos de estima e consideração. Manoel  
429Francisco Moreira’”. Outro documento que temos em Comunicações: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo  
430cordialmente encaminhamos cópia do Ofício n.º 024/06-CNRH/MMA, de 28-06-06, bem como cópia da  
431Moção n.º 35, de 28-11-05, para conhecimento. Sendo o que tínhamos para o momento reiteramos votos  
432de estima e consideração. Atenciosamente, Cláudio Dilda’”. O ofício do Ministério que acompanha,  
433assunto: Moção Conselho Nacional de Recursos Hídricos n.º 35: “Sr. Presidente, o Conselho Nacional de  
434Recursos Hídricos é o órgão colegiado mais elevado na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento  
435de Recursos Hídricos, ao qual compete entre outros estabelecer diretrizes complementares para a

436 implementação da política nacional de recursos hídricos, conforme disposto no Capítulo II, da Lei n.º  
4379.433/97. Assim, no exercício de suas competências, a Plenária do Conselho Nacional de Recursos  
438 Hídricos, em sua 14ª Reunião Ordinária, aprovou a Moção n.º 35, dirigida a todos os Conselhos Estaduais  
439 recomendando que incorporem em seus respectivos planos de recursos hídricos mecanismos de articulação  
440 da gestão integrada dos recursos hídricos com os florestais. Atenciosamente, João Bosco Senrra”. Os  
441 documentos ficarão à disposição dos Conselheiros na Secretaria Executiva do Conselho. Outra  
442 comunicação que temos é referente a uma resposta de um pedido que foi lido neste Plenário na reunião de  
443 abril, onde uma pessoa de Novo Hamburgo encaminhou ao Conselho uma reclamação referente a uma  
444 empresa, a Amapá do Sul. Eu vou ler novamente do documento de março, e vou ler a resposta: “Resido  
445 em Novo Hamburgo desde criança e gostaria de comunicar-lhes um problema que afeta a todos aqui onde  
446 moro e se alastra por vários outros bairros, é a questão da poluição ambiental que se sustenta há anos e que  
447 parece não ter fim. Trata-se da Empresa Amapá do Sul, a qual empresta seu odor desagradável à grande  
448 parte da cidade. Não bastante isso, os gases são tóxicos, sulfurosos, causando irritação, problemas visuais  
449 e dor de cabeça, entre outro males às pessoas. Em anos anteriores tivemos vários encontros com  
450 moradores na Secretaria Municipal e a empresa, com promessas de investimentos e soluções a curto prazo.  
451 Nada foi feito pela empresa, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente dá de ombros. Na minha opinião  
452 falta boa vontade e aplicação rigorosa das leis existentes. Assim estou solicitando a apreciação deste relato  
453 para que medidas possam ser tomadas, a fim de terminar com esse suplício. Por fim, dirijo-me aos  
454 senhores do CONSEMA, busco capacitação e autoridade para resolver o problema. Atenciosamente, Jorge  
455 Alexandre Bresh (Rua Encantado, n.º 80 – Novo Hamburgo)”. Nós encaminhamos um expediente à  
456 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que responde através do Ofício CMMAM n.º 95/06: “Sr.  
457 Presidente, na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Excelência e atendendo solicitação verbal  
458 sobre a situação da Empresa Amapá, estamos encaminhando um resumo das providências adotadas pelo  
459 Município de Novo Hamburgo, desde 1993, inclusive, no Ministério Público, através de um inquérito civil  
460 já arquivado. Anexamos ainda a correspondência recebida pela FEPAM sobre a manutenção do  
461 equipamento encaminhado à FEPAM”. Então, há todo um relato de que esse assunto está sendo  
462 acompanhado e tratado. Eu gostaria de deixar os documentos à disposição dos Conselheiros e,  
463 posteriormente, encaminharemos o expediente a uma das Câmaras Técnicas deste Conselho para a  
464 respectiva análise. Foi-me solicitado também que houvesse uma inversão de Pauta, no sentido de que  
465 depois do Item Comunicações houvesse uma manifestação em Assuntos Gerais. Eu entendo que as  
466 colocações que têm que ser feitas, conforme me foi solicitado pelos Amigos da Terra, através da Káthia,  
467 entendo que poderíamos fazer as colocações neste momento, no Item Comunicações. Então, gostaria de  
468 passar a palavra para a Káthia e depois virão algumas manifestações. Desculpa, Edi, eu havia entendido  
469 que era a Káthia. Por favor, Conselheira Edi. **8. Assuntos Gerais. Sra. Edi Xavier Fonseca:** Boa-tarde a  
470 todos. Prezados senhores, nós, abaixo assinados, membros de diversas entidades ambientalistas do Rio  
471 Grande do Sul vimos a esta reunião Plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente visando garantir a  
472 aplicação imediata da Resolução CONSEMA n.º 107/05, que normatiza o princípio da representatividade  
473 previsto na Lei n.º 10.330, de 27-12-1994. Dessa forma demandamos que seja dado posse a cinco  
474 entidades ambientalistas reconhecidas e indicadas pela APEDEMA/RS para o CONSEMA. E, como  
475 consequência, afastamento da Associação Amigos da Floresta, da vaga indevidamente preenchida, visto  
476 que esta não tem representatividade neste Conselho. Esta entidade não é reconhecida pelo Movimento  
477 Ambientalista do Rio Grande do Sul como uma ONG ambientalista. Subscrevem este documento mais de  
478 30 pessoas e entidades, inclusive, trouxemos alguns dos membros pioneiros do Movimento Ecológico  
479 Gaúcho que muito trabalharam para que existe um Plenário como este democrático na questão ambiental.  
480 Também solicitamos ao Secretário de Meio Ambiente do Município de Porto Alegre que comparecesse a  
481 esta reunião e se manifestasse, porque foi o Secretário Beto Moesch que trabalhou na elaboração dessa  
482 legislação quando assessor da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio  
483 Grande do Sul. Eu gostaria que o Secretário viesse falar um pouco sobre a lei. **Sr. Beto Moesch:** Boa-  
484 tarde. Destaco aqui duas figuras por demais ilustres, o Carneiro e a Zilda Zimmermann, que iniciaram o  
485 movimento ecológico no Rio Grande do Sul. Claro, também o Celso Marques, mas é porque essas duas  
486 figuras iniciaram o movimento. Estamos hoje em um momento histórico, talvez raras foram as vezes nos  
487 últimos anos que o movimento unido está presente reivindicando não para si, mas reivindicando para a  
488 sociedade. Nós temos que interpretar o espírito da lei, o que a Lei n.º 10.330/94, difícil de ser aprovada,  
489 que foi contestada por todos os partidos da Assembléia na época, que não queriam, que diziam que se  
490 tivéssemos um Conselho de Meio Ambiente íamos atravancar o Estado do Rio Grande do Sul. E também

491 que na época uma empresa automobilística sequer poderia vir para o nosso Estado. Quer dizer, é  
492 importante lembrarmos de algumas coisas para sabermos o quanto é difícil ter uma lei ambiental. Então,  
493 de forma muito clara, as cinco entidades ecológicas que estão dentro do Conselho é para ser uma  
494 representação social e política ambiental, e movimento ecológico, nada contra a outras entidades não  
495 governamentais, mas de caráter mais técnico. As cinco representações que, inclusive, a lei fala com uma  
496 abrangência territorial, é para ser do movimento. Então, isso é claro, e a lei às vezes não consegue  
497 expressar tudo, a lei não pode ir ao detalhe. Então, nós temos que resgatar o espírito da lei, a justificativa,  
498 os motivos que estão expressos ali. Portanto, se não garantirmos às ONG's ambientalistas os cinco  
499 assentos vamos desrespeitar o espírito da lei, inclusive, a política estadual do meio ambiente, que é a  
500 sociedade militante ecológica. Se quiserem abrir, colocar outras entidades, tudo bem, mas temos que  
501 elaborar um outro projeto de lei para agregar outras, mas as cinco são do movimento ecológico. Então,  
502 fazemos este apelo, Dilda, tu que és o nosso representante político do meio ambiente, se precisar temos  
503 que ir até o Governador para de uma vez por todas deixar claro e expresso, irmos ao Presidente da  
504 Assembléia, porque a própria Assembléia não pode aceitar que não seja assim. Nós estamos com isso  
505 dando costas, e a Edi colocou bem, ao movimento, porque estamos aqui por causa desse movimento. A  
506 FEPAM, a SMAM existem por causa disso, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente também, quer dizer,  
507 é em virtude do movimento, de uma mobilização da sociedade ecologista e é isso que a lei quer, que cinco  
508 assentos sejam para esse movimento histórico. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Só fazer um  
509 esclarecimento: este Conselho votou e aprovou uma resolução nesse sentido. Nós entendíamos que a  
510 dúvida havia sido sanada, só que no momento que fizemos o encaminhamento da entidades deliberadas  
511 houve uma manifestação por parte da Casa Civil de que havia dúvidas sobre a legalidade disso. Em função  
512 disso que o assunto retornou a esta Casa e à Câmara Técnica que acabou fazendo um estudo, que em parte  
513 entendendo que a posição da Casa Civil tinha legalidade. Então, deixar claro que o caminhar dessa  
514 proposição de vocês, assim como o caminhar da nomeação dos Conselheiros se dá a partir do Conselho,  
515 vai à Secretaria e a secretaria encaminha para a Casa Civil efetuar a nomeação. Da mesma forma faremos  
516 esse encaminhamento, para a Secretaria e da Secretaria a Casa Civil. **Sr. Tiago Eduardo Gelbert:** Boa-  
517 tarde. Eu pedi a palavra para apoiar o ofício lido pela Edi. A entidade que eu participo ocupava um assento  
518 aqui neste Conselho e desde abril de 2006 a entidade está sem condições de participar. Este fato foi  
519 oficializado produto um ofício da APEDEMA, indicando a nova lista de entidades, mas mesmo assim a  
520 gente continua sendo convocado. Quer dizer, mesmo precisando se retirar a gente não é levado a sério. A  
521 resolução desse problema depende da disposição dos Srs. Conselheiros, depende da vontade dos Srs.  
522 Conselheiros, independente dos pareceres jurídicos. Até quando vai esse jogo de empurra, empurra de lá  
523 para cá, de órgãos diferentes? Qual a motivação dos Srs. Conselheiros a participarem deste Conselho?  
524 Porque disso depende a resolução desse problema. Qual o compromisso dos Srs. Conselheiros com o meio  
525 ambiente? Qual o compromisso dos Srs. Conselheiros com a nossa sociedade, com o Estado, com o  
526 Governo? Porque disso também depende a resolução desse problema. **Sra. Sílvia Cappelli:** Boa-tarde. É  
527 uma satisfação muito grande estar aqui na presença de ilustres ambientalistas, como o Dr. Beto Moesch  
528 referiu, que fazem parte, dedicaram sua vida à construção da participação popular organizada em defesa do  
529 meio ambiente, sob o ponto de vista das ONG's. O Ministério Público não poderia-se furtar, embora com  
530 a sua bastante simplificada depois da excelente intervenção do Secretário Municipal de Meio Ambiente de  
531 Porto Alegre. É uma pessoa que ao longo de sua carreira profissional contribuiu para a construção da  
532 legislação ambiental que temos no Rio Grande do Sul. Nós não podemos esquecer que o Rio Grande do  
533 Sul é dos Estados da Federação que iniciou o movimento ambientalista no Brasil, a qual todos os outros  
534 Estados da Federação devem a dedicação dessas pessoas que estão aqui representadas hoje. Isso não é  
535 brincadeira, isso é previsto na Constituição Federal, isso é garantia do povo brasileiro. Nós vivemos em  
536 um País em que vige a democracia e muitos de nós, dos nossos pais, nossos familiares, dera parte de sua  
537 energia e muitos sofreram para que hoje nós pudéssemos viver em um regime democrático, embora com  
538 tantas diferenças sociais. Quero aqui afirmar que a manifestação do Ministério Público já foi endereçada  
539 ao Conselho Estadual do Meio Ambiente por escrito, afirmando categoricamente que a vaga que foi  
540 ocupada pela ONG Amigos da Floresta não pode ser a vaga de uma instituição, de uma ONG ambiental,  
541 por um simples motivo, porque essa ONG, se verificarmos os eu estatuto não é destinada,  
542 estatutariamente, à proteção ambiental. Portanto, perdoem-me a expressão, ela está usurpando vaga de  
543 ONG ambiental. O Ministério Público já se manifestou sobre isso, e como desiderato dessa manifestação,  
544 e lamentavelmente o Conselho não teve força política para fazer aquilo que a lei determina, não restou  
545 outra iniciativa ao Ministério Público que não encaminhar esse assunto à Promotoria de Meio Ambiente de

546 Porto Alegre. E eu gostaria de registrar que a Promotoria de Meio Ambiente de Porto Alegre instaurou o  
547 Inquérito Civil n.º 84/06, que está sob a presidência da Dona Ana Maria Marchesan, que está estudando  
548 essa situação, poderá vir a ensejar uma medida judicial contra o Estado do Rio Grande do Sul em virtude  
549 dessa posição. Para finalizar, é muito importante a gente viver um momento como este, um momento de  
550 crise, porque vem a fortalecer todos os segmentos. O CONSEMA não é do movimento ambiental, não é do  
551 Governo, não é dos municípios, não é do IBAMA, não é da SEMA, não é do setor produtivo privado, o  
552 CONSEMA é da sociedade organizada democraticamente. É siso que nós todos gaúchos devemos,  
553 historicamente, no momento presente ajudar a manter, este espírito aguerrido de combate ao  
554 descumprimento daquilo tudo que o povo gaúcho conquistou e que é representado pela legislação  
555 ambiental. Obrigada. **Sra. Zilda Zimmermann:** É um prazer ver toda esta gente reunida, nós que somos  
556 do século passado o Beto falar, esta advogada tão maravilhosa também, que é outra geração já está  
557 subindo. O mundo está morrendo, as nossas florestas e parques estão morrendo, temos que lutar. Eu não  
558 sou mais a mesma, este é só um momento de euforia de ver tanta gente motivada, porque eu sou uma  
559 sofredora de Torres, porque nós estamos morrendo em ver o nosso parque maravilhoso todo depedrado e  
560 não tem um guarda para cuidar do Parque José Lutzenberger. Hoje entreguei um projeto para o secretário  
561 para ver-se nós salvamos a maior maravilha que temos no Rio Grande do Sul. Há dois officios da Casa  
562 Civil e da Assembléia que devem ir acompanhados por dois representantes de ONG ambientalista para  
563 pressionar, porque lá nós pressionamos e não ganhamos nada. Então, muito obrigada e continuem, não  
564 deixem esmorecer esse movimento. Obrigada. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde a todos. Quero  
565 declarar, humildemente, que é uma satisfação estar na presença de pessoas de tão significado valor. O que  
566 temos para dizer aqui talvez ninguém irá concordar, mas é para isso que serve a democracia, este  
567 Conselho, que é um fórum de representação da sociedade civil, dos governos. Nós gostaríamos de  
568 concordar com o que disse o Beto Moesch, que a representação do movimento ecológico tem que ser por  
569 entidades ambientalistas. Então, defendemos, concordamos com o Beto Moesch, que quem tem que  
570 indicar a vaga são as entidades ambientalistas. Segundo, é um absurdo o Governo indicar uma entidade,  
571 não teria uma coerência isso, não é lógico. Concordamos com a questão que a Dra. Sílvia também  
572 colocou, mas nós somos da APEDEMA, não estamos na APEDEMA, não interessa porque saímos, não  
573 vamos entrar no mérito da transparência, ética, mas não estamos. Então, queremos deixar claro que a  
574 APEDEMA é uma parte do movimento e o movimento ambientalista é muito mais amplo, mas a gente tem  
575 que lutar pela democracia em si desse espaço, mas que ache uma terceira via escolhendo e não uma  
576 APEDEMA escolhendo. Sim um movimento de uma outra forma, ter outras organizações se mobilizando  
577 e outros fóruns para que seja amplamente discutido, de forma transparente e democrática. Obrigado. **Sr.**  
578 **Celso Marques:** Boa-tarde. É uma satisfação reencontrar velhos amigos de movimento. Eu gostaria de  
579 endossar tudo o que foi dito pelo Beto, pela Sílvia, pela Edi. Nós estamos vivendo um momento de  
580 extrema importância para ser avaliado em termos de conjuntura. O movimento ambiental conseguiu  
581 conquistar um espaço de representatividade democrática, que surgiu em plena ditadura militar, e nós  
582 conseguimos conquistar não como nosso interesse individual, mas em nome de um interesse da sociedade,  
583 em nome de uma concepção de desenvolvimento alternativa, que não corresponde ao que está aí em  
584 termos de desenvolvimento econômico. Eu acho que nós estamos em um momento de reavaliar  
585 determinados aspectos institucionais que foram conquistados. A AGAPAN desde o seu início teve sempre  
586 uma dimensão legal do seu trabalho, desde a primeira lei que a AGAPAN conseguiu aprovação aqui em  
587 Porto Alegre, que foi contra a poda de árvores. Daí todo um processo legislativo que nos levou à  
588 Constituição Estadual, às leis orgânicas municipais, Constituição Federal, todo um processo legal. Hoje eu  
589 estava-me lembrando de um incidente que aconteceu comigo no início da minha primeira gestão como  
590 Presidente da AGAPAN. Em uma tarde dois meninos me procurar na nossa sede, que era no Bom Fim,  
591 vieram conversar, ao término de uma conversa eu percebi que a proposta que esses dois meninos traziam  
592 era a seguinte: se a AGAPAN não se interessava por ações terroristas na área ambiental. Eles estavam-se  
593 dispondo a explodir coisas, fazer coisas violentas. Eu tive que acalmar os dois e dizer: “Não é bem assim,  
594 a gente tem que ir pelos trâmites legais, que é a única forma da gente construir algo duradouro na  
595 sociedade”. Por exemplo, há até um livro escrito por um brasileiro que participou de uma expedição de um  
596 navio que é mantido por uma organização internacional, cuja missão é botar a pique baleeiros. Essa facção  
597 desistiu de fazer um diálogo racional, já botaram a pique parece que 11 navios. Então, estamos vivendo  
598 um momento de democracia, aqui nós temos um fórum democrático, mas a democracia exige a  
599 qualificação de todos. Por exemplo, eu participei de um encontro que envolvia todo o segmento ambiental  
600 aqui do Rio Grande do Sul, mas tive a seguinte imagem: imaginem um congresso de astrônomos onde

601 temos que conversar e dar credibilidade e igualdade de condições a astrônomos que acreditam que a Terra  
602 é chata. Eu acho que isso é uma realidade que nós estamos vivendo no Rio Grande do Sul e no Brasil,  
603 nesse retrocesso pelo qual nós estamos passando no setor ambiental. É um retrocesso que nos leva até a  
604 situação que nós temos que dizer, com todas as palavras constrangedoras, como essa situação que existe  
605 aqui no CONSEMA, como existe no CONAMA e como existe no Brasil inteiro. Nós temos, em tese, todas  
606 as instituições que a civilização desenvolveu para dar conta dos problemas políticos, sociais e de toda  
607 natureza, só que essas instituições precisam funcionar democraticamente para os objetivos que elas foram  
608 criadas. Eu acho que nós estamos em um momento muito importante, porque acho que estamos em um  
609 retrocesso geral no Brasil, estamos vivendo uma indústria de EIA-RIMAS, que a gente a gente sabe que é  
610 complicado, porque não apresenta produtos de boa qualidade. A gente está vivendo um retrocesso de  
611 aprovação de processos e por aí a fora. Eu acho muito importante que tenhamos uma reflexão sobre essa  
612 questão. Nós no movimento ambiental criamos todo um setor político e econômico da nossa sociedade  
613 vinculada à questão, ambiental, os ecologistas geraram emprego para muita gente, novas profissões. Eu  
614 acho que é necessário que essas questões sejam colocadas em pauta, nós temos que pensar a questão  
615 ambiental de uma forma mais radical e coerente com a nossa história. Agradeço. **Sr. Rafael Altenhofen:**  
616 A minha questão é rápida. Veio-me à cabeça dois termos: revolta e revolução. Um dia um colega me  
617 explicou a diferença, a partir desse momento comecei a perceber muitas coisas. A Revolução Farroupilha,  
618 por exemplo, não foi uma revolução, foi uma revolta, porque ela não gerou mudança, mas nós tivemos  
619 uma revolução, talvez a mais forte revolução que o Rio Grande do Sul tenha tido, que foi a revolução  
620 ambiental. Até por causa do nosso pioneirismo, por causa do nosso protagonismo, ou seja, o Rio Grande  
621 do Sul já teve uma revolução ambiental, só que agora parece que ele começou a ter uma involução  
622 ambiental e está agora deixando os ambientalistas revoltados. Aqueles ambientalistas que eram tão  
623 acusados de fazer alarde, de fazer chacota, a partir do momento em que eles se capacitaram, começaram a  
624 colocar a legislação debaixo do braço e começaram a chamar técnicos, passaram a estar dispostos a  
625 discutir tecnicamente com instâncias quanto ao fruto do trabalho deles. Parece que isso não é mais válido,  
626 porque agora a discussão já é outra, já não é mais técnica, a discussão é ética. Não adianta falarmos aqui se  
627 é legal ou não, existe um fato e se houver vontade se encontra o caminho legal, se não houver vontade  
628 sempre se encontra empecilho legal. O que nós estamos vendo agora e aqui é, claramente, encontrando-se  
629 empecilhos legais porque não existe vontade, porque o movimento ambientalista está cutucando alguns  
630 setores, a gente cutuca com propriedade, porque a gente construiu, nós estamos aqui no Estado, o que existe  
631 é fruto do nosso trabalho. Então, não há vontade porque a gente pisa no calo de alguns setores, a partir do  
632 momento que houver vontade rapidamente se resolve a pendenga jurídica. Obrigado. **Sr. Cláudio Dilda:**  
633 Caros mestres, sou obrigado a discordar do Rafael e também do Celso, democraticamente. O Celso diz  
634 retrocesso e o Rafael, não vou citar, está bem claro na cabeça de vocês. Tem vontade sim, Rafael. Por que  
635 eu vou discordar do Celso? Celso, eu diria que não há retrocesso, para mim a coisa está mais evidente do  
636 que nunca, está aqui a resposta, o movimento está aqui, vocês estão aqui. Em 2003 e 2004, que eu presidi  
637 o Conselho, e até o presente momento, não havia visto uma unidade, força e uma linha de pensamento que  
638 as palmas e os apupos demonstraram. Como o Secretário nos últimos dois meses e meio, considerando que  
639 alguns processos já estão em andamento faz algum tempo, considerando que o CONSEMA é o órgão  
640 superior da política ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, eu acho que há o momento certo para que  
641 como Secretário de Estado eu possa, ética e administrativamente, entrar em ação sem ferir a autonomia do  
642 Conselho. Então, considerando comunicação da Presidência do Conselho à SEMA a cerca de alguns  
643 problemas ainda não resolvidos estou entrando em ação e fazendo esta, não sei se posso dizer, “ponte”, a  
644 fim de que nós resolvamos essa questão, que tenho a convicção não pode ocupar mais tempo deste  
645 Conselho sem um encaminhamento definitivo. E dentro daqueles pressupostos básicos da equiparação, da  
646 equivalência, da representatividade, que é típica dos Conselhos. Penso que não há necessidade que nós  
647 entremos em detalhes, mas digo, vai estar em Ata, podem-me cobrar de que estou sim entrando em cena,  
648 já o fiz, com vista ao encaminhamento da solução dessa questão. Eu diria, se me permitirem, eu agregaria  
649 uma solução. Considerando que a Lei n.º 10.330 já tem um tempo de existência, que permite que a gente  
650 faça um avaliação da necessidade ou não; aliás, um grupo de trabalho já fez boa parte disso, o Sérgio, a  
651 Edi, a Luiza e a FEPAM coordenavam uma revisão da lei e do Regimento. Eu acho que ele pode ser  
652 aperfeiçoado para que a gente dê esse passo qualitativo. Celso, tenho a convicção de que a questão  
653 ambiental veio para ficar, até porque está ficando cada vez mais evidente de que não se trata de uma  
654 gaveta isolada no contexto do Planeta Terra, aqui no ambiente, água, a gente separa, torna estanque. Na  
655 verdade, eu questionaria até a Agenda Azul, a Agenda Marrom, a Agenda Verde, até parece que água,

656 floresta e os demais elementos não se interrelacionam. Eu acho que nós estamos chegando em um ponto  
657 de maturidade e de avanço nesse processo que nos permite ver de uma maneira bem mais contextual e  
658 consistente a absoluta interrelação e interdependência. Eu acho que nessa linha filosófica que nós vamos  
659 avançar. Então, penso e vou trabalhar nesse sentido, nós vamos resolver essa questão que já vem há alguns  
660 meses conturbando este Conselho e vamos avançar. **Sra. Kátia Vasconcelos:** A posa vai ser na próxima  
661 reunião? **Sr. Cláudio Dilda:** Eu quero o número do processo pelo qual foram encaminhadas as  
662 nomeações. Eu espero ter êxito. Com relação ao ressarcimento, também já trabalhamos juntos com a  
663 Diretoria Administrativa da SEMA na busca de uma alternativa que nos permita, já identificamos, estamos  
664 fazendo uma proposição de alteração legal para que o Fundo Estadual de Meio Ambiente, que começou,  
665 permitam-me dar esta notícia, começou a funcionar. Então, o FEMA começou a funcionar e vai ser o  
666 caminho, a via que vai-nos permitir o ressarcimento. É só o tempo da tramitação que depende da  
667 Assembléia, mas nós vamos conversar e quem sabe um telefonema ou outro pode ajudar. Basicamente é  
668 isso, meus mestres. Então, Celso e Rafael, é nos momentos em que ocorrem conflitos e crises que a  
669 capacidade e a competência permitem avanços, não estou vendo coisa diferente. **Sr. Presidente:** Eu  
670 gostaria de fazer uma manifestação no sentido de que o Conselho à medida que foram indicados os  
671 caminhos foi tentando resolver o problema achando as suas próprias soluções. Uma das soluções que  
672 encontramos em Plenário, inclusive, com a presença do Sander, do CEA, nós fizemos uma resolução onde  
673 o CONSEMA ratificou que as entidades seriam indicadas pela APEDEMA. Lamentamos que até o  
674 momento o assunto não tenha tido uma solução definitiva e prática, mas, por outro lado, conforme foi  
675 ressaltado, entendemos que por um lado essa crise nos trouxe de volta a possibilidade de uma união e de  
676 uma manifestação. Então, temos o lado positivo disso. E o encaminhamento que se dará ao assunto, Dilda,  
677 amanhã será encaminhado para ti como Secretário de Estado, e a partir do Secretário ser encaminhado ao  
678 Governador e a Casa Civil para encontrar a solução do problema. Se o problema é termos que alterar a lei,  
679 gostaria de colocar que as palavras do Beto também são bem-vindas. Se for necessário que haja uma  
680 mobilização no sentido que a Assembléia aprove essa lei nós faremos, este Conselho será parceiro disso,  
681 mas o primeiro passo passa pelo Governo do Estado. Nós encaminharemos as colocações feitas em  
682 Plenário, em especial o documento entregue pela APEDEMA ao Secretário de Estado de Meio Ambiente.  
683 E conforme já dialogamos aqui ele fará o encaminhamento ao Governador do Estado. Então, nós  
684 entendemos que dessa forma estaremos encaminhando uma solução definitiva. Então, agradecemos a  
685 manifestação das pessoas, da AGAPAN em especial e todo o movimento. Portanto, colocamos à  
686 disposição para posterior esclarecimentos dos encaminhamentos dados. Dentro de Assuntos Gerais houve  
687 a solicitação de manifestação da Secretaria Estadual de Agricultura. **Sr. Adoralvo Antônio Schio:** Boa-  
688 tarde. O objetivo é convidá-los a participar do V Seminário Nacional de Agrotóxicos, em Bento  
689 Gonçalves, de 22 a 26 de agosto. A partir desta semana estão sendo expedidos os convites a todas  
690 secretarias, entidades que militam em volta desse assunto. Muito obrigado. **Sra. Mariangela Corrêa**  
691 **Laydner:** Boa-tarde, Srs. Conselheiros e convidados. Semana passada tivemos um encontro em Gramado  
692 sobre a questão de análise de rios e pontos críticos de segurança e sistemas de abastecimento de água. É  
693 um tema importante que a gente só começou a se dar conta em função de determinados acidentes que vêm  
694 acontecendo, alguns de vulto significativos. Por exemplo, a explosão em uma indústria, próximo ao rio  
695 Gravataí, acabou na captação da CORSAN a consequência, porque produtos químicos casaram e foram  
696 parar na nossa captação. Outro caso, como a questão das algas no lago Guaíba, próximo à captação, é um  
697 risco também. Então, preocupados com isso estamos trazendo a este Conselho, porque é um assunto que  
698 diz respeito tanto ao Conselho de Recursos Hídricos, quanto ao CONSEMA e ao Conselho de  
699 Saneamento. Então, estamos trazendo esse tema para que seja discutido pelos Conselheiros. O que se está  
700 sugerindo? Que o Conselho analise dois temas: com relação às indústrias, os riscos com acidentes desse  
701 tipo, que é a questão de auditoria ambiental, que já é uma exigência do Código de Meio Ambiente seja  
702 efetivamente cumprida, ver como a FEPAM está-se pronunciando com relação a essas auditorias. Na  
703 medida que as auditorias aconteçam a gente consegue evitar, laudos de auditoria ambiental, porque  
704 durante essas auditorias casos como esse, casos de risco são constatados. Então, é a primeira solicitação,  
705 que a FEPAM venha a este Conselho se manifestar com relação a esse tema do Código de Meio Ambiente,  
706 que são as auditorias ambientais. Segunda solicitação: sugiro ao Conselho que se seja levada à Câmara  
707 Técnica a solicitação de análise de riscos e controle de pontos críticos ao sistema de abastecimento de água  
708 quando da emissão da LO. Hoje já há vários sistemas, o sistema da Argentina, alguns sistemas no Brasil já  
709 tem laudo de análise de risco, quais são todos os pontos críticos e de vulnerabilidade em um sistema de  
710 abastecimento de água. É isso e muito obrigada pela oportunidade. **Sr. Presidente:** Haveria como a SOPS

711 encaminhar um documento específico sobre os dois assuntos? Então, eu fico esperando o documento, e  
712 imediatamente faço contato com a FEPAM e com a FIERGS para termos esse assunto em pauta. Mais  
713 alguma manifestação em Assuntos Gerais? A título de informe, como não temos municípios a habilitarem-  
714 se hoje, até porque tivemos três municípios aprovados na Câmara Técnica ontem, mas como foi solicitado  
715 que houvesse um prazo para a leitura dos relatórios, os municípios ficaram para a próxima reunião. Eu não  
716 li a comunicação do Município de Ijuí. Em uma das reuniões anteriores foi solicitado o encaminhamento  
717 de um processo do Município de Ijuí e eu estarei encaminhando a documentação recebida para a Câmara  
718 Técnica. O ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito diz o seguinte: “Tendo em vista o Ofício CONSEMA n.º  
719 37/06, recebido por este Município de Ijuí, para manifestação referente à municipalização ambiental e  
720 considerando ainda os apontamentos e pendências desde 2002, relativos à habilitação, informamos o que  
721 segue. Em recente encaminhamento sobre a efetivação do sistema de licenciamento municipal foi  
722 produzido um projeto de lei que possibilita a execução do licenciamento florestal municipal. Grave lacuna  
723 referida nos apontamentos do ofício mencionado. De acordo com expediente em anexo o projeto está  
724 tramitando e deve ser oferecido o serviço pelo município. Em relação ao item: envio de informações a  
725 respeito dos licenciamentos realizados, esclarecemos que o município sempre enviou todas as informações  
726 ao SIGA e possui comprobatórios documentos disso, com dados desde 2005. Em relação à devida  
727 complementação de plano ambiental o município instalou processo de aquisição do serviço, que está em  
728 anexo, que deverá ser protocolado no SIGA dentro dos prazos de contratação. Quanto à disponibilização  
729 de estrutura técnica para levar o licenciamento ambiental adiante, também está sendo providenciado por  
730 meio de contratação”. Portanto, eu estarei encaminhando esses documento à Câmara Técnica para análise  
731 e retornar na próxima reunião do Conselho. Jackson, por favor. **4. Apresentação pela FEPAM e**  
732 **FARSUL do relatório sobre o Programa Estadual de Irrigantes, conforme estabelecido pela**  
733 **Resolução CONSEMA n.º 100/05. Sr. Jackson Müller:** Boa-tarde, gostaria de saudar os Conselheiros  
734 presentes, autoridades, colegas. Eu trouxe uma breve síntese do programa para entendimento da questão  
735 envolvendo o Plano Estadual de Regularização da Atividade de Irrigação. Ele foi previsto na Resolução  
736 CONSEMA 36/03 e buscou desenvolver dentro do órgão ambiental estadual um processo de  
737 licenciamento novo, agregando os elementos de informática existentes, emitindo uma licença de operação,  
738 impondo restrições ao funcionamento da atividade. Revelou-se uma ferramenta de planejamento e gestão  
739 importante, voltada a integrar informações de outras áreas e processos. O programa é todo realizado via  
740 internet, o que está-se buscando dentro dos objetivos do licenciamento é a coleta de informações  
741 padronizadas, maximizando o aproveitamento dessas informações na tomada de decisão. A idéia é  
742 qualificar o processo de licenciamento, minimizando erros de abertura, ou erros de interpretação dos  
743 dados. Deu-se uma linguagem padronizada e utilizar como ferramenta desse planejamento o  
744 georeferenciamento. Nos itens avaliados para emissão de uma licença de operação se busca compreender a  
745 forma de interferência nos corpos hídricos nessa atividade, a verificação das áreas que foram degradadas  
746 na implantação daquele empreendimento. Aqui, tendo em conta que nós estamos trazendo para dentro do  
747 órgão ambiental um setor que não possuía licenciamento ambiental, verifica-se também a questão da  
748 cobertura vegetal, em especial das áreas de preservação permanente, o entorno das zonas de  
749 amortecimento de unidade de conservação, as obras necessárias para implantação daquela atividade,  
750 abertura de acessos e estradas, o georeferenciamento, o armazenamento de combustíveis e insumos,  
751 resíduos e a destinação final desses agroquímicos. Aqui é um pouco dos resultados esse programa, são  
752 dados de ontem á tarde do sistema, é um sistema-vivo, todos os dias estamos emitindo novas autorizações,  
753 licenças. Eu queria fazer um destaque especial a respeito do total de área irrigada cadastrados pelo PERAI,  
754 que totaliza hoje 1.131.000 hectares, que seria extensão de área irrigada no nosso Estado, com algum erro  
755 daqueles que eventualmente estejam fora. Isso totaliza 12.349 empreendedores, desse total, dos processos  
756 que já foram pagos do processo de licenciamento 5.261, e o total de licenças liberadas foram 3.447 até  
757 ontem. Aqui tem um número importante desse programa, no sentido de agregar a qualificação da  
758 informação de um setor, queria fazer destaque da extensão que isso representa para o Estado. Então, do  
759 total de área irrigada em torno de 929.300 hectares estão com processo dentro da FEPAM, totalizando  
760 10.191 empreendedores. Temos ainda com licença 473.000 hectares, totalizado 6.364 empreendedores.  
761 Desde a captação, do levante da bomba há uma série de etapas de análise das informações, onde participa  
762 o DRH, DEFAP e a FEPAM no sentido de que a construção desse processo de autorização se dê  
763 compatível com a legislação que está em vigor. Com relação à reforma com ampliação de barragem de  
764 açude, aumento de taipa, modificação no vertedouro o DRH tem que se manifestar no sentido de que na  
765 medida que eu um aumento de 20% da área alagada a autorização é dada pela FEPAM, e mais do que 20%

766 é necessário um licenciamento prévio. A licença prévia o DEFAP também é exigida e autorização do  
767 DRH. A licença de operação para a regularização do setor exige de outorga e nas bacias do Sinos, Gravataí  
768 e Santa Maria para a próxima safra já há uma diretriz no sentido de diminuir não menos do que 20% do  
769 volume captado no último plantio. Isso vai condicionar a uma redução das áreas cultivadas nessas bacias  
770 consideradas de maior criticidade. O alvará de regularização do DRH e a licença de operação da FEPAM.  
771 Dentro do programa é previsto todo um processo de recuperação das APP's de forma progressiva. Quando  
772 o empreendedor se registra dentro do sistema via digital assume os elementos de um termo de  
773 compromisso, onde por 4 anos seguidos ele tem que recuperar a cada ano 25% da APP, isso se aplica em  
774 reduzir a sua área de plantio, mas, por outro lado, implica em buscar um ganho ambiental efetivo e que  
775 está envolvido no regime hídrico daquele manancial que é usado para suporte da sua atividade agrícola.  
776 Então, o processo de recuperação também é previsto. Hoje com uma ferramenta muito comum de acesso  
777 pela internet, como o Google, nós podemos ver como o nosso Estado teve os seus ambientes bastante  
778 modificados pela atividade agrícola. Hoje é uma ferramenta bastante utilitária para acompanhamento de  
779 tudo que está acontecendo dentro do cenário estadual, com um nível de precisão bastante bom.  
780 Basicamente as informações do PERAI seria essas. Não sei se vocês gostaria, de fazer alguma pergunta.  
781 **Sr. Sérgio Cardoso:** para nós que fizemos, trabalhamos e potencializamos gestão por bacia hidrográfica é  
782 estratégico no nosso trabalho que isso esteja montado em um banco por subacia. Lamentavelmente, ano  
783 passado, quando nos deparamos com o problema do Gravataí, descobrimos que o Instituto Rio-grandense  
784 de Arroz não trabalhava por bacia, trabalhava por escritório administrativo, como se a água se desse dentro  
785 do escritório. Automaticamente as dificuldades do órgão ambiental também. Então, a gente gostaria de ter  
786 esse acesso disponibilizado por bacia hidrográfica para podermos distribuir isso para os demais  
787 Presidentes de Comitê de Bacias, o qual a gente representa. **Sr. Jackson Müller:** Não há problema,  
788 estamos à disposição. Para Gravataí e Sinos isso já está padronizado dentro do sistema da FEPAM. **Sra.**  
789 **Mariangela Corrêa Laydner:** Como estou empenhada nessa questão da auditoria ambiental, nesse  
790 processo de LO vocês já estão exigindo auditoria ambiental ao longo do processo? **Sr. Jackson Müller:**  
791 Ainda não, mas pretendemos. **Sr. Presidente:** Na verdade, é um processo. O problema maior que os  
792 Conselheiros manifestaram aqui é que quando fizemos a resolução criando o programa estabelecemos  
793 prazos para entregar relatórios. Hoje problemas naturais de Governo que o documento acabou não  
794 chegando dentro do estabelecido, mas a gente sabe que o trabalho estava sendo feito. A manifestação ais  
795 importante era dar essa ciência aos Conselheiros e gostaria de pedir autorização da FEPAM e da SEMA no  
796 sentido de colocar esse material na página do CONSEMA. A preocupação maior da população é em  
797 relação a algumas dúvidas que pairam em relação à área produtiva do Estado, o arroz, de que nos últimos  
798 anos tivemos um aumento documentado de lavouras, mas não significa que tenha havido um aumento real.  
799 A gente tem tido nos últimos anos dificuldade com o nosso regime hidrológico e onde houve um aumento  
800 da área regularizada não significa que houve toda essa produção do que foi regularizado, mas tivemos seca  
801 no Estado e tivemos problemas com água em algumas bacias hidrográficas. Então, é uma preocupação que  
802 temos e quem sabe todos nós podemos estabelecer uma nova relação de produção para que o agricultor  
803 tenha reserva de água para isso. **Sr. Jackson Müller:** Este é um programa que vai-se qualificar daqui para  
804 frente, começou em 2003, estamos indo para o quarto ano que vamos implementar e já vamos conseguir  
805 colher o resultado daquelas ações que foram desenvolvidas ao longo desses anos. Então, fica à disposição  
806 dos Conselheiros o relatório que aparece um pouco do diagnóstico do setor. O setor ficou brabo quando a  
807 gente mostrou isso, mas é a partir dessa constatação que a gente constrói algo diferente. O que se espera do  
808 setor é esse avanço positivo que já vem sendo demonstrado de várias maneiras. **Sr. Presidente:** Coloco a  
809 palavra à disposição dos Conselheiros. **Sra. Edi Xavier:** Eu gostaria de passar a palavra para o Rafael  
810 Altenhofen, da UPAN. **Sr. Rafael Altenhofen:** Apenas um dado para complementar: existem estudos,  
811 posso depois passar a fonte para vocês, na Bacia Sinos é dito como 17% a demanda do setor arrozeiro do  
812 recurso hídrico. Esse é o último estudo que eu tenho, o Jackson coloca que a é mais. Há um dado que eu  
813 fiz o cruzamento e me assustei, é dito que a Bacia Sinos a vazão média é 88 metros cúbicos por segundo,  
814 sendo que a demanda da Bacia Sinos como um todo, desde a agricultura, o setor arrozeiro e outros  
815 também, e a demanda urbana, é de 4,4 metros cúbicos por segundo. Até aí tudo bem, só que me assustou,  
816 porque a partir do momento que a maior seca que se deu foi em 2003 para 2004 baixou em alguns locais  
817 até vinte vezes o volume de água. Se a gente dividir 88 metros cúbicos por segundo por vinte nós vamos  
818 ter exatamente 4,4 metros cúbicos por segundo e o rio só não parou de correr porque a água que nós  
819 bebemos foi a água que estava armazenada dentro das áreas úmidas, dentro dos banhados, porque o que  
820 corria na calha não era suficiente. Eu sempre digo, o Comitê Sinos tem que se fazer presente em todas as

821 reuniões do Comitê Caí, porque o dia que o Comitê Caí resolver fechar a torneirinha o Sinos vai estar em  
822 uma situação crítica. **Sr. Presidente:** Entendemos a na próxima reunião talvez teremos uma manifestação  
823 da FARSUL. Agora, provou que o Conselho tem tido um papel fundamental nesse processo, porque a  
824 partir do momento que as coisas começaram a ser discutidas, por mais que a gente discorde de algumas  
825 posições, entendeu-se que nós estamos diante de um problema, que para produzir haverá a necessidade de  
826 regrear. A minha preocupação como Presidente do Conselho, e a gente aqui fala muito no arroz, mas a  
827 gente não licencia o arroz, licencia a área irrigada, só que há outras culturas também. Em relação à água a  
828 preocupação é que se não tivermos programas públicos de controle de uso da água, programas públicos de  
829 economia de água na zona urbana, vai faltar água. Então, não adianta estar tudo licenciado e continuarmos  
830 gastando água como estamos gastando. Eu gostaria que a gente estabelecesse alguns programas nesse  
831 contexto, porque eu andei pegando alguns dados de municípios da CORSAN, dividindo quantos meros  
832 cúbicos eram produzidos no verão e qual a população, deu em média 300 litros/habitantes/dia. Então, há  
833 necessidade da gente conversar mais, é importante, mas também tem que ter um programa de economia de  
834 água. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só quero fazer uma manifestação, porque às vezes a gente fica brincando de  
835 meio ambiente, de água. Desde 94 existe uma legislação no Rio Grande do Sul de um sistema, o sistema  
836 não está sendo implantado, temos dificuldades na implantação do sistema. Tudo que cabe à parte do  
837 Estado nós temos dificuldade. Nós temos um Fundo de Recursos Hídricos que não se consegue ter acesso  
838 ao recurso. Nós temos uma estrutura da Agência de Bacia Hidrográfica que se contratou há um mês e o  
839 processo não evoluiu, quer dizer, nós temos toda uma estrutura e aí é a pergunta: é falta de água mesmo ou  
840 é falta de gestão? Será que é o Estado que não quer mesmo abrir mão do poder de fazer gestão? Quer  
841 dizer, por que o Sistema de Recurso Hídrico do Rio Grande do Sul não foi implementado até hoje? Onde  
842 está o gargalo disso? Por que as agências não foram criadas? Nós estamos começando com recurso de  
843 1.100.000 o Plano Estadual de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul. Quer dizer, existe um  
844 sistema montado, como existe o sistema de meio ambiente, existe sistema de gestão de água. Com todo  
845 respeito ao Presidente do CONSEMA, chega de programinha, tem que acabar com esses programinhas,  
846 porque ou a gente trata as coisas de forma sistêmica, organizada, porque o programinha tem um  
847 comecinho e um finzinho. Quer dizer, a hora que a gente trabalha em uma visão de sistema para ser  
848 implantado, nós temos um Plano Nacional de Recursos Hídricos que foi aprovado, nós estamos  
849 começando uma discussão do Plano Estadual. Essa história de que vai ter seca, pode ter problema  
850 climático, mas é falta de gerenciamento de água é muito grande e nós temos um sistema montado para  
851 isso. Quer dizer, tira recurso, implanta o Sistema de Recurso Hídrico do Rio Grande do Sul, que foi criado  
852 em 94, aí se não funcionar nós poderemos dizer que o sistema não está bom, está capenga. Agora, não  
853 implantam o sistema, não se coloca recurso onde tem que ser colocado, não se tem ação do Estado e aí a  
854 gente fica criando problemas paralelos para poder minimizar as situações. Só gostaria de fazer esse reforço  
855 nós questão do recurso hídrico, porque nós temos que começar esse Plano Estadual de Recursos Hídrico,  
856 ele vai virar lei, a legislação diz que ele vai-se transformar em lei e vai para a Assembléia. Ano que vem  
857 não sabemos quem vai ser eleito e isso se tornando lei vai ter que ter aplicabilidade. Está lá também que  
858 não se pode segurar dinheiro dos fundos de recurso hídrico, o dinheiro está seguro, ninguém faz nada. O  
859 que a gente faz? A gente manda ofício? Quer dizer, tem um Comitê aí e está há um ano e sete meses sem  
860 receber recurso de manutenção. Ah, isso é piada! Então, a gente tem que começar a pensar nas coisas um  
861 pouco mais sério e cobrar, assumir a responsabilidade e implantação do Sistema de Recurso Hídrico do  
862 Estado do Rio Grande do Sul. Uma vez implantado, se não der certo a responsabilidade é de todos nós. E  
863 esse Plano Estadual que está começando a ser discutido agora, se não tiver participação vai ser mais um  
864 projeto de consultoria para ficar guardado na gaveta, e pior, mais uma lei para ir para a Assembléia e  
865 depois o Estado não cumprir, porque se a legislação fosse cumprida como deveria muitos problemas a  
866 gente teria evitado. **Sr. Presidente:** Nós tínhamos mais um assunto que envolvia a FEPAM, referente à  
867 silvicultura. Então, gostaria de já passar para esta apresentação, passamos para o Item 7 e depois voltamos  
868 ao Item 5. Alguém discorda? Então, Jackson, passo novamente para ti. **7. Relato por parte do Estado**  
869 **(SEMA e FEPAM) sobre Silvicultura. Sr. Jackson Müller:** Vou fazer uma apresentação do andamento  
870 dos trabalhos hoje ligados à questão da silvicultura, depois a gente pode responder as perguntas. Só um  
871 pequeno histórico: a partir de 97, com a Resolução CONAMA n.º 237 a silvicultura passou a ser uma  
872 atividade passível de licenciamento. Ao longo desse processo de consolidação, mas 2004, então, a FEPAM  
873 edita através do CONSEMA a Resolução n.º 84. Começa-se a trabalhar a concepção do licenciamento da  
874 silvicultura e naquele período se emite as primeiras autorizações para plantio. Era um procedimento que  
875 não observava o regramento que hoje já está sendo exigido do setor. Forma-se um grupo de trabalho em

876 2004, esse grupo integra o DEFAP, a FEPAM e a Fundação Zoobotânica no sentido de formatar as idéias e  
877 a construção do zoneamento ambiental para a atividade da silvicultura. Começa em 2004 também o  
878 Programa Floresta e Indústria no Estado do Rio Grande do Sul. Cria-se o Comitê Gestor do arranjo  
879 produtivo de base florestal, que tem como proposta estimular o desenvolvimento de projetos, programas,  
880 dentro do desenvolvimento da base florestal do Estado. Em 2005 a FEPAM produz uma portaria interna,  
881 buscando a regulamentação, inicia-se aí uma discussão para saber de quem seria a competência para o  
882 processo de licenciamento, DEFAP ou FEPAM. É realizado um *workshop* sobre zoneamento e começa a  
883 se buscar a idéia de uma licença única para licenciamento do setor. Cria-se um grupo de trabalho  
884 interinstitucional, onde tem como objetivo esse grupo de trabalho definir critérios, usando como foco de  
885 discussão a questão envolvendo o pinos e o pinos nos Campos de Cima da Serra. Em 2006 se faz um  
886 trabalho de reclassificação dos portes e divisão do ramo, definindo que o pinos passa a ter um auto  
887 potencial poluidor e o eucalipto e acácia o médio, até em função das características dessas duas espécies.  
888 Normatiza-se alguns procedimentos dentro da FEPAM e a esperança é agora em agosto o término do  
889 zoneamento ambiental da silvicultura. Esse término está bastante otimizado no sentido de que o  
890 zoneamento já tem quase que 80% do seu trabalho concluído em uma ação conjunta com a AGEFLOR,  
891 envolvendo as empresas do setor florestal. A idéia do zoneamento é que ele funcione como uma espécie de  
892 Plano Diretor para os processos de autorização dentro da realidade do Estado. Então, o objetivo é elaborar  
893 um instrumento de gestão que possibilite as análises regionais da inserção da silvicultura nos ambientes  
894 naturais do Estado e suas interrelações com os aspectos socioeconômicos. Como objetivo específico é  
895 definir regras de uso para o desenvolvimento da silvicultura, considerando as características de cada uma  
896 das unidades. A metodologia do zoneamento é elaborar mapas de unidades ambientais, mapas temáticos  
897 que serão o resultado do cruzamento das informações que estão sendo obtidas no zoneamento, definir  
898 diretriz, metas, potencialidades e restrições para a implantação de projetos de florestamento para cada  
899 unidade de paisagem, oficinas de trabalho para discussão dos resultados com a comunidade, elaborar  
900 mapas com as zonas e relatório detalhando as diretrizes, metas e potencialidades. Essa era a concepção  
901 inicial da FEPAM e do grupo de trabalho, trabalhar em cima apenas das unidades de paisagem, mas depois  
902 se incluiu, até em função da própria discussão sobre demanda e uso de água, de que além de unidades de  
903 paisagem o próprio zoneamento vai ser estruturado em cima das bacias hidrográficas. A situação atual é a  
904 questão das unidades de paisagem, que está em fechamento, estamos levantando alguns dados finais com  
905 outras instituições para poder fazer a digitalização do processo. Buscou-se uma série de informações a  
906 respeito da realidade de cada região do Estado. Hoje já conhecidas 42 unidades naturais de paisagem, que  
907 é bastante importante do ponto de vista de valorizar os elementos naturais das paisagens, os aspectos de  
908 fragilidade, a presença de espécies protegidas ou em risco de extinção. Ele vai agregar elementos por  
909 bacia, por unidade de paisagem, valorizando a questão dos atributos que o Estado possui. Os mapas  
910 temáticos que vão ser produzidos também são importantes nesse aspecto. Nós teremos como  
911 especialização dos dados e das variáveis da biodiversidade a localização das comunidades de fauna e flora,  
912 espécies ameaçadas. Nós teremos o mapeamento dos sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos,  
913 mapeamentos das áreas com déficit hídrico, demanda e disponibilidade hídrica nas bacias. Isso vai nos dar  
914 a capacidade de estimar a capacidade de suporte em função de todos os estudos que estão sendo  
915 desenvolvidos, vai complementar o banco de dados sobre silvicultura do Estado. Nós estamos crendo que  
916 esse processo de aproximação com as entidades florestadoras do Estado é fundamental para conhecimento  
917 do tamanho dessa realidade. Nós não temos os dados completos ainda do tamanho da silvicultura no Rio  
918 Grande do Sul. Serão promovidos os levantamentos das unidades de conservação, dentro da dimensão  
919 estadual como um todo, o mapeamento das rotas e pontos turísticos do Estado, levantamento das áreas de  
920 pressão agrícola. Então, essas especializações vão-nos levar a esse tipo de informação. O levantamento  
921 bibliográfico também vai-nos trazer coisas importantes, como a sistematização das informações, a  
922 listagem dos referenciais bibliográficos. Avaliação dos impactos do consumo de água pela silvicultura, a  
923 caracterização dos usos de água e disponibilidade hídrica dos seus principais conflitos, dado sobre o  
924 impacto da silvicultura no ciclo hidrológico e critérios quanto ao uso de água para licenciar a silvicultura.  
925 O cruzamento do uso da terra com as unidades de paisagem, é importante o uso dessas informações para o  
926 cálculo dos índices para uso da terra. Critérios para definir o grau de alteração da ação antrópica, que vai  
927 indicar áreas com potencial para a silvicultura. Caracterização socioambiental das unidades de paisagem,  
928 definição dos descritores, caracterização ambiental e socioeconômico das unidades de paisagem e apoio na  
929 elaboração e aplicação da matriz de impactos, aí trazendo indicação das potencialidades e restrições das  
930 unidades, e o mapeamento das áreas propícias, considerando a matriz de impacto. A partir de agosto, com

931os dados, deveremos estabelecer as audiências públicas que serão desenvolvidas pelo Estado e queremos o  
932Conselho participando de todas essas etapas para tornar esse estudo como uma normativa a ser utilizada  
933para o estado a partir de 2007. Basicamente era isso e fico à disposição. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na  
934verdade, tenho dois questionamentos: um é saber por parte da FEPAM e SEMA, da qual o Müller está  
935representando aqui, quais foram as condições do TAC já que há liberação para o plantio de algumas áreas  
936no estado sem ter feito o EIA-RIMA? Segundo, eu não ouvi no teu relato nenhuma preocupação com a  
937questão do impacto cultural, o estudo antropológico em relação a isso. A mudança da paisagem vai causar  
938para um bioma que é tão importante e fundamental para o Rio Grande do Sul, que é o nosso pampa, toda a  
939identidade de um Estado inteiro. **Sr. Jackson Müller:** Nós firmamos com o Ministério Público o TAC,  
940que teve como propósito viabilizar os plantios florestais em 2006, até porque o setor florestal faz um  
941planejamento há médio e longo prazo. Até o ano passado não existiam regimentos específicos, como o  
942buscado a partir do zoneamento. Também fizemos um entendimento com o Ministério Público Estadual de  
943que passaríamos a exigir estudo de impacto ambiental para aqueles empreendimentos acima de mil  
944hectares, conforme preconiza a Resolução n.º 186 do CONAMA. O que se buscou dentro de uma ação  
945madura do Estado é que esses plantios, essa janela que foi autorizada para 2006 teve como propósito dar  
946segmento aos investimentos que estavam previstos no Estado. Os plantios sendo autorizados apenas em  
947áreas de uso agrícola, ou áreas de reforma de atividades que já foram desenvolvidas naquelas  
948propriedades. Procurou-se restringir nessa ação conjunta com o Ministério Público o uso de áreas frágeis,  
949como campos nativos, tanto que já estamos indeferindo alguns pedidos formalizados para 2006. Nós  
950vamos aguardar a conclusão do zoneamento para saber como tratar essas questões que buscavam fazer os  
951plantios em áreas que entendemos que não seriam autorizadas. Entendemos que foi uma construção  
952madura, necessária para a realidade do Estado, em especial para a metade sul do Estado, mas de forma  
953nenhuma essas autorizações estão sendo emitidas no sentido de que o empreendedor vá realizar plantios  
954em áreas novas. Essas vão aguardar os licenciamentos para 2007, a partir da solicitação de licença prévia.  
955Dentro do zoneamento está prevista essa questão dos impactos paisagísticos, até por causa da questão  
956cultural do Estado. Há elementos que estarão presentes, como tu deves ter visto ali nas unidades de  
957paisagem, são ambientes muito distintos e em regiões distintas do Estado. Eu acho que o espaço ideal para  
958fazer a discussão vai ser quando vir para cá o zoneamento e vai vir com essa informação, exatamente  
959porque é parte do estudo a questão cultural do Estado. **Sra. Sílvia Cappelli:** Só uma complementação. O  
960Ministério Público Estadual teve a preocupação de enfrentar esse problema, porque se trata de uma  
961questão relevante e o Ministério Público poderia fazer uma opção um pouco mais simples do que  
962simplesmente não dialogar e buscar a aplicação da legislação da Constituição Federal. Nós entendemos  
963que se fizéssemos isso, dada a opinião geral, uma liminar que nós obtivéssemos em uma semana seria  
964derrubada pelo Tribunal. Ou seja, foi uma opção consciente e bastante complicada, no sentido de se fazer  
965uma negociação sobre um tema tão relevante, tão momentoso e de tanta pressão econômica, política, etc.  
966A segunda consideração: nesse período de autorização provisória, antes do zoneamento e do estudo de  
967impacto ambiental para esses plantios cujas mudas já estavam preparadas, que era uma reivindicação do  
968setor, nós condicionamos que fosse em áreas já utilizadas para agriculturas, sendo proibido para área de  
969pastagem. Então, isso foi objeto de bastante discussão, porque o setor queria utilizar as áreas de pastagem  
970e o Ministério Público entendeu que isso não seria possível, senão se consolidaria uma situação que depois  
971estaria proibida pelo zoneamento. Nós quisemos preservar o zoneamento ecológico econômico e o estudo  
972de impacto ambiental, ou seja, não é uma autorização precária para plantar as mudas que tiverem, onde  
973estiverem este ano, há condicionantes nesse processo. Se não houvesse o compromisso de ajustamento e  
974essa discussão se desse em juízo, também ficaríamos a mercê de uma decisão judicial, nem sempre  
975proferida por um juiz com conhecimento na área de direito ambiental. O compromisso de ajustamento está  
976acessível na página do Ministério Público para todos que quiserem, é [www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br), clicar em *meio*  
977*ambiente* e vai ter um logo sobre silvicultura. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Até entendo o objetivo do  
978Ministério Público em fazer o TAC, é para ajustar uma situação que já de fato estava existindo e de forma  
979totalmente errada e legal, mas nos parece também que as áreas degradadas também exigem estudos de  
980impacto ambiental, principalmente na questão dos recursos hídricos. Áreas degradadas na região onde  
981estão sendo implantados os projetos existem muitos com problemas seríssimos de recarga hídrica. Então,  
982parece-nos que isso talvez tenha ficado de fora do TAC. Eu confesso que não li a íntegra do TAC, mas é  
983isso que os parece, que o TAC resolveu uma parte, mas não o problema como um todo. E quero deixar  
984registrado também que nós não somos contra ao plantio de árvores exóticas, mas desde que tenha sido  
985feito esse zoneamento, nós precisamos saber onde é possível fazer esse plantio, porque papel é uma

986 demanda da sociedade, mas a gente quer saber onde é possível ambientalmente. Então, parece-nos que  
987 mais uma vez a questão econômica está-se sobrepondo à questão ambiental. **Sr. Jackson Müller:** Dentro  
988 do relacionamento que está sendo construído com os empreendedores nesse processo as empresas que  
989 estão vindo, as empresas que trazem a maior demanda, estão usando em média 50% das áreas adquiridas.  
990 E nos condicionantes que são acrescentados nas autorizações e na única licença que foi emitida até, então,  
991 a recuperação das áreas degradadas. Está-se vendo um trabalho bastante minucioso e qualificado do setor  
992 empreendedor de buscar essa informação, além daquilo que estamos fazendo através da coleta de dados  
993 com as universidades. Nós estamos construindo para que os processos preventivos aconteçam, esperamos  
994 que o zoneamento possa dar as respostas que estamos querendo. **Sr. Rafael Altenhofen:** Fica aqui uma  
995 sugestão. Talvez seria bastante inovador, mas como coloquei antes, nós fizemos a revolução ambiental no  
996 Estado e a gente espera continuar fazendo todos os dias. Esse regramento tem os pressupostos mínimos,  
997 que são os pressupostos ambientais, socioambientais. Tudo bem, nós podemos avançar aí, mas como?  
998 Sempre se discute a metade sul do Estado tão carente de investimentos. Então, por uma omissão de vários  
999 governos, pelo menos nos últimos 20 anos que a metade sul ficou esquecida, foi necessário vir uma  
1000 empresa de fora prometendo trazer recursos financeiros para o governo dizer: “Ótimo, alguém vai trazer  
1001 uma solução para a metade sul”. Então, além das questões socioambientais por que a FEPAM não inova a  
1002 Secretaria Estadual do Meio Ambiente e faz uma valoração ambiental dos recursos que voa ser extraídos e  
1003 necessários para esse tipo de atividade econômica no Estado e um balanço puramente econômico para ver-  
1004 se realmente é alternativa mais vantajosa? Quer dizer, quanto vai-se gastar de recursos naturais como  
1005 água, espaço, ambiental, qualidade de vida qual o retorno de impostos que vai ficar aqui? Que também se  
1006 leve em consideração dados como um emprego a cada 180 hectares. Esse tipo de cálculo deve ser a minha  
1007 sugestão incorporada. A gente imagina o que vai acontecer, mas isso seria uma posição coerente e séria de  
1008 um Estado que não poderia dar margem para dizer se foi político ou não, não, foi técnico, fizemos o estudo  
1009 de valoração ambiental, demanda e resultado. Obrigado. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** A FEPAM já  
1010 tem levantamento de quantos hectares já existem licenciados para o plantio do eucalipto na área do bioma  
1011 pampa hoje e qual a expectativa para os próximos anos? **Sr. Jackson Müller:** Eu posso buscar esse dado  
1012 para ti, porque ele é dinâmico, mas é uma fração pequena desse universo. A expectativa que temos é  
1013 baseado em cima do que está sendo dito pelo setor empreendedor, que hoje nós temos em torno de 380 mil  
1014 hectares plantados no Estado e se pretende mais 300 mil hectares nos próximos 10 anos. A autorização  
1015 atual hoje não traduz a realidade do Estado. Então, não tenho como te dar esse número no bioma, de  
1016 repente o Paulino pode ajudar. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Esse número que o Jackson está levantando já  
1017 vem de 50, 70 anos atrás, que se vem plantando há mais anos essas áreas. Então, são áreas bastante  
1018 antigas, que os consumidores todo mundo conhece, a Seta, Tanaki, Riocell e as outras aqui de Gravataí e  
1019 Cachoeirinha que consomem essa madeira. Então, essa área é antiga, não é recente. É importante a  
1020 pergunta, porque aparece na mídia todos os dias as áreas novas, mostrando aquelas fileiras longas de  
1021 eucalipto, porque essa é a área antiga e quem mais planta é a pequena e média propriedade. **Sr. Jackson**  
1022 **Müller:** Área nova eu acho que foram 62 mil hectares, até agora devemos ter emitido autorizações não  
1023 mais do que 7, 8 mil hectares. Então, do ano passado para cá autorizados 70 mil. **Sr. Presidente:** O  
1024 licenciamento vai-se dar do empreendimento que vai consumir a madeira, ou licenciamento vai-se dar sob  
1025 a propriedade rural? **Sr. Clóvis Zimmer:** Só para esclarecimento em termos de área. O número de todo o  
1026 projeto florestal, considerando os três empreendimentos que estão com possibilidade de aporte no Rio  
1027 Grande do Sul, vão representar na primeira fase um incremento na área total disponível da metade sul de  
1028 1%. Então, se a cada empreendimento que vai vir vai requerer mais 100 mil hectares plantados e mais as  
1029 áreas de preservação 150 mil hectares, estamos falando de 450 mil hectares nos três empreendimentos.  
1030 Apareceu hoje aqui área de irrigantes 1.400.000, só para a gente ter uma noção de tamanho de grandeza do  
1031 que estamos falando, mesmo que duplique o setor a gente não representa ainda nem de perto o que é o  
1032 setor de irrigantes hoje no Estado do Rio Grande do Sul. Não querendo fazer comparação de cultura, isso  
1033 tudo em uma lógica, espalhado em todo esse contingente de terra que estamos falando. **Sra. Edi Xavier**  
1034 **Fonseca:** Não quero polemizar mais do que o tema já exige, mas vamos combinar uma coisa, o que está  
1035 na mídia é 10 milhões em 10 anos. A propaganda enganosa feita pelas empresas foi por uma ação do  
1036 Núcleo Amigos da Terra cancelada. Então, é uma propaganda de fato enganosa, porque o setor está  
1037 fazendo esse tipo de propaganda. Isso vai gerar desvalorização de empregos, mais êxodo rural, uma série  
1038 de problemas sociais que vão advir desse tipo de modelo que o Estado está resolvendo investir, sendo que  
1039 dessas plantações a Aracruz exporta 98% da sua produção. Então, não é para consumo interno de jeito  
1040 nenhum. Eu acho que esses dados econômicos sociais têm que ser melhor abordados e avaliados, que me

1041 parece que a coisa está muito só na área econômica e imediata. Nós temos que sempre vislumbrar o futuro.

1042 **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** é fato que existe um passivo de muitos anos com relação à questão da

1043 silvicultura, que tem que ser resolvida de alguma maneira, não só na metade sul, mas, principalmente, na

1044 região nordeste, onde há municípios lá, de um trabalho que a gente fez em Cambará do Sul, que em 97 já

1045 tinha 17% do município plantado com pinos. Quer dizer, isso vem evoluindo, a questão do turismo

1046 naquela área é importante, a descaracterização da paisagem é uma questão que tem que ser considerada.

1047 Então, existe um passivo que tem que ser resolvido. O próprio estudo do zoneamento, as plantações que

1048 estão proliferando na área de 2, 3 anos atrás, se tu fazes o zoneamento pela imagem de satélite, que é o que

1049 tem sido feito, porque tu não tens condição de ir acampo, não distingue aquilo de um campo sujo. Então,

1050 vai ter que ser feito um refinamento depois de onde está sendo plantado áreas, porque digamos que o pinos

1051 está baixinho, na imagem do satélite tu não distingues, tem que ir a campo e o trabalho não permite que se

1052 faça essa verificação. É importante que esse zoneamento tenha que de fato funcionar, ele precisa ser

1053 aprimorado, mas precisa ser realmente aplicado, controlado de alguma maneira. Além de servir para a

1054 silvicultura vai servir para uma série de outras atividades importantes do Estado. Na Câmara de

1055 Compensação Ambiental a gente está começando a discutir onde aplicar os recursos das compensações nas

1056 unidades de conservação. Então, o Estado tem que parar de correr atrás, chegou o recurso para onde vai?

1057 Tem um licenciamento naquela área, vamos ver o que precisa fazer. Então, o Estado precisa-se antecipar e

1058 esse zoneamento vai servir para isso, para várias ações, para o Estado saber antes do empreendimento

1059 chegar, ou antes do recurso chegar, para ser aplicado em uma determinada área onde aplicar. O importante

1060 é que independente do passivo que exista, que precise ser resolvido de alguma forma, esse zoneamento

1061 realmente seja cobrado e levado para a sociedade. É importante ressaltar e ser bastante divulgado. **Sr.**

1062 **Clóvis Zimmer:** Só para esclarecimento, para a Edi. A questão de exportação é porque não existe mercado

1063 interno para consumo de papel, se tivéssemos consumo de papel suficiente com certeza estaríamos

1064 colocando fábricas de papel aqui. O que se vê é todo o movimento do setor de celulose e papel no mundo

1065 buscando oportunidades para crescimento, onde as árvores crescem mais rápido e tu implanta as

1066 máquinas de papel nos mercados consumidores. É só a gente olhar a produção ao longo dos últimos anos,

1067 não se vê crescimento na parte de produção de papel porque o mercado é basicamente atrelado a nossa

1068 questão econômica. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Além do zoneamento que nós temos que fazer, a gente

1069 representa a Federação dos Trabalhadores da Agricultura aqui, a gente vem de uma região que é oriunda

1070 de lá, onde uma das principais atividades que distribui a renda para os pequenos agricultores é a

1071 silvicultura, é acácia, eucalipto e os derivados da acácia. Depois vêm as outras atividades e assim vai.

1072 Então, Jackson, o pessoal da Secretaria, todos os outros órgãos que fazem parte do CONSEMA, que fazem

1073 parte desse arranjo florestal, que às vezes a gente participa também, não sei como a gente poderia

1074 encontrar uma saída para esses agricultores que moram nessa região para que pudessem continuar ca sua

1075 terra e fazer parte da silvicultura, aí vender essa madeira para os grandes consumidores, que são os

1076 exportadores. Eu acho que aí nós íamos distribuir renda, riqueza e poderíamos ter a produção mais bem

1077 distribuída em toda a região. Se há um ou outro agricultor que está mal, isso em todas as atividades existe,

1078 agora, não é querer se aproveitar de uma situação dessa, ir lá, comprar e concentrar terra. Nós não somos

1079 contra a silvicultura, grande parte dos nosso pequenos agricultores vivem da silvicultura. Então, nós temos

1080 que encontrar uma saída para que esses produtores continuassem lá com a sua terra e produzido a madeira

1081 para a indústria. **Sr. Marcelo Madeira:** Eu imagino que a equipe técnica que está tocando o zoneamento

1082 já esteja conseguindo isso, mas eu acho que não custa reforçar a importância de considerar duas ações que

1083 o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA hoje estão tocando. Em relação ao bioma pampa, primeiro,

1084 para efeito de zoneamento e posterior licenciamento das atividades, principalmente do eucalipto no

1085 pampa, a primeira se refere ao levantamento dos remanescentes do bioma. Está sendo finalizado, acho que

1086 até agosto a gente já vai ter um produto disponível. Então, o primeiro o levantamento do bioma até hoje,

1087 feito de forma completa, está sendo feito pela UFRGS. E a segunda ação se refere à discussão sobre áreas

1088 prioritárias para a criação de unidade de conservação também no bioma, que é outra ação. Existe um grupo

1089 composto por órgãos governamentais, ONG's, instituições, que é uma discussão muito importante. O

1090 bioma pampa é um bioma que está muito mal representado em termos de unidades de conservação. Essa

1091 discussão por um lado ajuda, porque mostra a importância da gente acelerar, mas temos que tomar cuidado

1092 para que não atropela toda essa discussão de assuntos importantes que podem contribuir bastante para o

1093 zoneamento e posterior licenciamento das exóticas. **Sr. André Geraldo Susin:** Edi, se fosse só do ponto

1094 de vista econômico, está comprovado um desastre economicamente, porque vamos conseguir entender

1095 relacionando que o ponto anterior, a questão híbrida do aspecto da água, quem já ouviu falar da água

1096 virtual? Para produzir um quilo de trigo é necessário 200 litros de água, um quilo de carne animal em  
1097 média 1200 litros de água. E para um quilo de papel de eucalipto quanto se produz? É muito grande a  
1098 quantidade. Eu gostaria que alguém trouxesse esse dado. Na verdade, nós estamos exportando água,  
1099 exportando o nosso manancial hídrico. Então, temos que relacionar essas questões. Então, do ponto de vista  
1100 ambiental é desequilibrado, socialmente injusto e economicamente inviável. **Sr. Clóvis Zimmer:** Com  
1101 relação à inclusão de pequenos agricultores vou só citar dois casos: a VCP tem um programa chamado  
1102 Poupança Florestal, a Aracruz tem um programa chamado Fomento Florestal. A premissa dos dois é  
1103 trabalhar com 30% de fornecimento de madeiras de terceiros, dessa madeira engloba programas de  
1104 fomentos, assim como faz mais ou menos a FULBRA hoje, envolvendo pequenos produtores em áreas de  
1105 no mínimo 2 hectares de plantio de floresta. Então, há todo um projeto no site  
1106 [www.fomentoflorestal.com.br](http://www.fomentoflorestal.com.br) que pode ser acessado para verificar esses programas. O setor vê isso como  
1107 importante e faz duas lógicas: tem que ter as terras para poder fazer o seu suprimento, mas, também, quer  
1108 incluir nas regiões onde atua a possibilidade do pequeno produtor ter também uma renda auxiliar para a  
1109 sua terra, e também incluir a produção complementar da área industrial. Existem estudos, Susin, com  
1110 relação a geração por quilo e consumo de água e tudo mais. Para produzir um quilo de batata, por  
1111 exemplo, é preciso quase dez vezes mais água do que eu preciso para consumir a mesma quantidade de  
1112 madeira. Então, a gente tem que ter cuidado quando faz essas comparações numéricas, porque isso é  
1113 complicado. Então, eu peço que a gente tome cuidado quando usar números, por exemplo, não dar o  
1114 exemplo que tu deste, que citaste uma série de números e não tinha o número para dar no final. **Sr.**  
1115 **Jackson Müller:** Eu queria agradecer o convite de estar aqui trazendo essas informações, a FEPAM está à  
1116 disposição para quem quiser alguma informação. A nossa expectativa é que até agosto tenhamos isso  
1117 concluído, iniciar as audiências para trazer para o CONSEMA. Obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** O  
1118 nosso apelo é que a FEPAM e a SEMA façam essa apresentação do diagnóstico do zoneamento, a  
1119 silvicultura, primeiro para o CONSEMA, antes de fazer para a imprensa. **Sr. Presidente:** Nós temos dois  
1120 assuntos em Pauta, mas tenho uma sugestão de encaminhamento. Um deles é em relação Minuta de  
1121 decreto sobre Política Estadual de Educação Ambiental, este assunto veio à Plenária, a Brigada Militar  
1122 pediu vista e apresentou uma manifestação, que foi encaminhada a todos os Conselheiros. Eu entendo que  
1123 como as considerações interferem no texto, sugiro que o assunto retorne à Câmara Técnica de Educação  
1124 Ambiental para que depois a gente se manifeste. Eu entendo que a Câmara Técnica deveria ser ouvida  
1125 antes de nós nos manifestarmos como colegiado. Então, se os Conselheiros concordam eu encaminharia à  
1126 Câmara Técnica e se possível na próxima reunião traremos de volta. Segundo a nossa Secretaria Executiva  
1127 não temos mais *quorum*. Então, somos obrigado a encerrar a reunião neste momento e esses dois assuntos  
1128 deliberaremos na próxima reunião, o outro assunto é o Relatório sobre a proposta de alteração da  
1129 Resolução n.º 04/00 do CONSEMA. Então, agradecemos a presença de todos e um feliz Dia do Amigo a  
1130 todos. [\(Encerra\(Encerra-se-se a reunião às 1716h0936min\)](#)

1131